



**CENTRO UNINVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**EDEVALDO REINALDO OSTAPECHEN
RU: 1564751**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO ESTADUAL DO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ**

**CURITIBA-PR
2020**

EDEVALDO REINALDO OSTAPECHEN

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO ESTADUAL DO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC), do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Professora, Me. Raquel Barcelos de Araújo.

CURITIBA-PR

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDEVALDO REINALDO OSTAPECHEN- RU: 1564751

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 15 de Setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Professora Me. Carla Andréia Alves da Silva Marcelino- Tribunal de Justiça do
Paraná

Professora Me. Neiva Silvana Hack – Centro Universitário Internacional- UNINTER

Professora Me. Raquel Barcelos de Araújo- Centro Universitário Internacional-
UNINTER

Dedico este trabalho a todos (as) os (as) assistentes sociais que lutaram e lutam por uma Política de Assistência Social pública, e de qualidade aos seus usuários (as).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela sua proteção e por ser meu consolo nas horas difíceis nessa caminhada, e por ter me dado forças para prosseguir e acreditar no amanhã.

Agradeço a minha guerreira, minha melhor amiga, minha inspiração, que chamo de mãe, também agradeço ao meu pai, sem esses dois nada disso seria possível, agradeço pelos puxões de orelha, pela preocupação, pelo carinho e pelo amor.

Agradeço também aos meus 05 irmãos mais novos que amo muito, e que agüentaram meus surtos nessa caminhada, Edineia, Junior, Juliana, Michele, Luiz Miguel. Em especial, minha irmã Michele, que foi o motivo de ter escolhido esse curso, e com sua vida me ensinou a lutar por aqueles que não são ouvidos.

Agradeço a todas as professoras do curso de Serviço Social UNINTER que agregaram conhecimentos durante minha formação, em especial agradeço a professora Jussara e a professora Neiva, por serem profissionais que me incentivaram e acreditaram na minha formação.

Agradeço a Professora Raquel Barcelos de Araújo que me orientou na construção desse trabalho, agradeço pela paciência, pelo carinho e pelo comprometimento neste processo.

Agradeço a Flavia Pereira Cardoso uma irmã que a graduação me deu, espero que possamos atuar juntos. Agradeço também ao meu amigo Ricardo Riffert que ganhei no campo de estágio, e me ensinou a ser mais crítico, também deixo meus agradecimentos a minha amiga Franciele Sabino, que foi uma irmã da fé nessa caminhada. Agradeço ao Eduardo Schamne Barbosa, um presente que ganhei no meio do processo, que tanto acrescentou na minha formação (ainda mais na gramática).

Agradeço a minha supervisora de campo, Magali Socher Luiz, que tenho tanto orgulho de dizer que tive a uma melhor assistente social que conheci como supervisora de campo, agradeço pelos conhecimentos repassados, pelo carinho, pela paciência, e pelas correções. Maga, você é um exemplo de assistente social!

Agradeço a toda equipe do DAS/SEJUF pelo acolhimento, e pelo carinho. Quero agradecer também a Rosana, e a Jasmine pelo acolhimento, assim que cheguei à

DPSB. Agradeço a Renata, a Chefe como eu a chamo, agradeço a Samanta pelos conselhos que levarei para a vida. Vou sentir muita saudade pessoal.

Agradeço ao PROUNI pela bolsa, VIVA O PROUNI!

Falar da assistência social como política, e não como ação guiada pela improvisação, pela intuição e pelo sentimentalismo (por mais bem intencionados que sejam), é falar de um processo complexo que, embora não descarte o sentimento (de cooperação, de solidariedade e até de indignação diante das iniquidades sociais), é ao mesmo tempo racional ético e cívico.

Potyara A. P. Pereira

RESUMO

O Serviço Social brasileiro e a assistência social sempre tiveram uma relação bem próxima, e com passar dos anos essa relação foi se tornando cada vez mais forte, ao ponto da categoria tornar-se uma profissão de referência atuante dentro desta política. Todavia, apesar dessa relação, são poucos materiais que discutem atuação do assistente social na gestão do SUAS. Sendo assim, o presente trabalho monográfico tem como objetivo geral desvelar a atuação do assistente social na gestão do SUAS na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Para tanto se elencou como objetivos específicos: conhecer o processo histórico da construção da política de assistência social no Brasil, do mesmo modo, pesquisar sobre a relação do Serviço social com a Assistência Social no Brasil e, também conhecer quais são as possibilidades e desafios colocados ao assistente social na gestão do SUAS. Para responder esses objetivos, utilizou-se o método histórico crítico dialético, vale destacar que foi realizada pesquisa de campo por meio de um questionário aberto com 10 perguntas que foi aplicado aos assistentes sociais que atuam na DAS/SEJUF, para análise das respostas utilizou-se a análise de conteúdo. Com esse trabalho, foi possível compreender a história da Política da Assistência Social, bem como sua relação com o Serviço Social, também se discutiu o Serviço Social e a gestão do SUAS, embora seja uma tarefa árdua. E por fim realizou-se a análise de conteúdo que permitiu ver na prática profissional o que é discutido pelos pesquisadores sobre o assunto, realizando assim uma relação entre a prática profissional com as produções acadêmicas.

Palavras-chave: Assistência Social 1. Serviço Social 2. Gestão 3.

ABSTRACT

Brazilian Social Work and social assistance have always had a very close relationship, and over the years this relationship has become stronger and stronger, to the point that the category has become an active reference profession within this policy. However, despite this relationship, there are few materials that discuss the role of the social worker in the management of SUAS. Thus, the present monographic work has the general objective of unveiling the role of the social worker in the management of SUAS in the Secretariat of Justice, Family and Labor of the State of Paraná. For that, it was listed as specific objectives: to know the historical process of the construction of the social assistance policy in Brazil, in the same way, to research about the relationship between Social Service and Social Assistance in Brazil and also to know what are the possibilities and challenges posed to the social worker in the management of SUAS. To answer these objectives, the historical dialectical critical method was used, it is worth mentioning that a field research was carried out through an open questionnaire with 10 questions that was applied to social workers working at DAS / SEJUF, to analyze the answers used. if content analysis. With this work, it was possible to understand the history of the Social Assistance Policy, as well as its relationship with Social Work, also discussed Social Work and the management of SUAS, although it is an arduous task. Finally, a content analysis was carried out, which allowed us to see in professional practice what is discussed by researchers on the subject, thus establishing a relationship between professional practice and academic productions.

Keywords: Social Assistance 1. Social Work 2. Management 3.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Serviços Socioassistenciais	27
Quadro 2- Quadro de Referência das Funções Essenciais da Gestão Estadual	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS	Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DAS	Departamento de Assistência Social
FEBEMS	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/SUAS-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEJUF	Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio



SUAS

Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	17
2.1. Apontamentos históricos sobre a Política de Assistência Social	17
2.1.1 Assistência Social antes da Constituição Federal de 1988.....	17
2.1.2. Assistência Social após Constituição Federal de 1988 no Brasil.	19
2.2. Gestão e Assistência Social	29
3. CAPÍTULO II: SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, UMA RELAÇÃO DELICADA.	32
3.1. Serviço Social e Assistência Social.....	32
3.2. Gestão Social e Serviço Social	40
4. CAPÍTULO III: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ – SEJUF	44
4.1. Caminhos da pesquisa: apresentando a metodologia e análise de dados:	44
4.2. Apresentação da Instituição onde foi realizada a pesquisa- DAS/SEJUF.....	45
4.3. Apresentando o perfil profissional das assistentes sociais inseridas na gestão estadual do SUAS - Paraná.....	47
4.3.1. SUAS, e os usuários, na visão dos assistentes sociais inseridas na gestão. ..	48
4.4 Categorização e análise dos dados	50
4.4.1. CATEGORIA I: Desafios vivenciados na atuação dos assistentes sociais inseridos na gestão estadual do SUAS do Paraná- SEJUF.....	52
4.4.2. CATEGORIA II: Potencialidades e transformações possíveis na atuação do assistente social na inseridos na gestão estadual do SUAS- SEJUF.....	56
4.4.3. CATEGORIA III: Instrumentos técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS- DAS/SEJUF	58
4.4.4 CATEGORIA IV: A importância do assistente social na gestão estadual do SUAS.	61

CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICE I- AUTORIZAÇÃO PARA APLICAR QUESTIONÁRIOS ÀS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDAS NO DAS/SEJUF	77
APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	78
APÊNDICE III- QUESTIONÁRIO ENVIADO AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEJUF	79

1. INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa que deu origem ao Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional – UNINTER constitui-se em conhecer o trabalho do assistente social inserido na gestão estadual da Política Nacional de Assistência Social – PNAS por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) do Paraná.

O interesse pela temática surgiu a partir da experiência de estágio, na Divisão de Proteção Social Básica, sendo este pertencente à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), o qual é responsável pela gestão da política de assistência social do Estado do Paraná. Durante a caminhada acadêmica, bem como na prática de estágio, observou-se a existência de poucos materiais que abordam a atuação do assistente social inserido nos órgãos gestores, mesmo na política de assistência.

A reflexão sobre a atuação do assistente social tem sido presente na agenda profissional, e vem ganhando cada vez mais centralidade nos debates profissionais entre pesquisadores do Serviço Social, sinalizando a necessidade de materiais teóricos que possam subsidiar tais discussões.

Apesar da política de assistência social ser um campo de trabalho multiprofissional e indisciplinar, ela constitui-se historicamente como um campo de principais mediações para o exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se auto reconhecendo) como os profissionais de referência desta política.

Tendo em vista que dos diversos espaços sócio-ocupacionais, os que mais recrutam os assistentes sociais, é a PNAS juntamente com a política de saúde. Percebeu-se a necessidade de refletir, bem como conhecer como se deu a inserção desse profissional na política de assistência social, e quais suas atribuições e competências dentro dessa política social, fazendo recorte na sua atuação na gestão do SUAS (CFESS, 2010).

Desse modo, a partir de estudos feitos sobre a temática, elencamos como problema de pesquisa: Como ocorre a atuação do assistente social na gestão do SUAS na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná?

Dessa forma, escolhemos as seguintes questões norteadoras para dar conta de entender a realidade estudada: Qual foi o processo histórico da política de

Assistência Social no Brasil? Como se desenhou a relação do serviço social com a Assistência Social no Brasil? Quais são as possibilidades e desafios colocados ao assistente social na gestão do SUAS?

Para tanto, o trabalho traçou como objetivo geral desvelar a atuação do assistente social na gestão do SUAS na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Buscaram-se então como objetivos específicos: conhecer o processo histórico da construção da Política de Assistência Social no Brasil, do mesmo modo, pesquisar sobre a relação do Serviço social com a Assistência Social no Brasil e, também conhecer quais são as possibilidades e desafios colocados ao assistente social na gestão do SUAS.

Diante do exposto, espera-se que a pesquisa contribua para a produção e socialização de conhecimentos sobre a prática do referido profissional dentro deste espaço sócio-ocupacional. É de suma importância que seja dado o devido valor e reconhecimento sobre o trabalho realizado por esse profissional, sendo muito relevante que sejam produzidos dados científicos que comprovem a fundamental contribuição e importância da atuação do assistente social na gestão do SUAS.

Para responder os objetivos elencados, optou-se por utilizar o método materialismo histórico dialético. A escolha deu-se, devido ao seu olhar a partir do concreto, bem como por considerar as relações sociais constituídas no seu movimento histórico-dialético, permitindo assim enxergar, as contradições existentes na sociedade contemporânea.

No que diz respeito à metodologia utilizada, destaca-se que a pesquisa elaborada foi descritiva, que visa esclarecer ao máximo um assunto que já é conhecido, por meio da pesquisa bibliográfica de obras já existentes (GIL, 1999).

Como técnicas de coletas de dados utilizaram-se da pesquisa documental, e também pesquisa bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2001, p.183) a pesquisa bibliográfica constitui-se em utilizar bibliografias públicas, ou seja, materiais já existentes a respeito do assunto, enquanto na pesquisa documental utiliza-se de materiais chamados brutos, isto é, os materiais que não sofrem nenhum tipo de análise (GIL, p.45-46, 1999)

Salienta-se que para fundamentação teórica, utilizaram-se obras de autores renomados no Serviço Social, tais como: Potyara A. Pereira (1996) pesquisadora sobre a política de assistência social, sendo esta referência na discussão; Ana

Elizabeth Mota que apresenta em sua obra: O mito da assistência social (2008) discussões relevantes a respeito da temática deste trabalho; nesta mesma perspectiva vale referenciar a coletânea realizada por Solange Maria Teixeira (2016) intitulada: Política de Assistência Social e temas correlatos, que permite enxergar a política além do que é posto, bem como pontua a atuação profissional neste espaço, ainda que de forma sucinta, utilizou-se também o documento: Os Parâmetros para Atuação de Assistente Social na Política de Assistência Social (CFESS, 2011).

E para refletir sobre a atuação do assistente social, utilizou-se a obra Myrian Veras Baptista e Odária Battini, que tem como título: A prática profissional do assistente social, bem como as obras e textos de Yolanda Guerra, que já é conhecida na área de serviço social por discutir sobre a instrumentalidade, e instrumentos técnico-operativos da profissão. E por fim, não menos importante a obra: Política Social: Fundamentos e História (2006) das autoras Behring e Boschetti, do mesmo modo os artigos e textos dessas autoras, que auxiliaram na reflexão e entendimento sobre políticas sociais, tendo em vista que a política de assistência social surge a partir da necessidade do sistema capitalista.

A pesquisa apresenta natureza qualitativa, escolheu-se essa abordagem, devido a sua maior aproximação com a realidade social, a partir de respaldo científico na área social. Neste sentido Martinelli (1999, p.37) destaca que este tipo de pesquisa permite a participação do investigador, onde o pesquisador e pesquisados estão em constante processo de investigação.

Em 2020, o cenário é de pandemia mundial, COVID-19, não sendo possível realizar entrevista pessoalmente. Deste modo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário aberto direcionado as 10 assistentes sociais que atuam no DAS, contudo 08 responderam. A partir da aplicação buscou-se compreender de que forma ocorre a atuação nesse campo sócio ocupacional, bem como analisar os instrumentos técnicos operativos utilizados pelas profissionais.

Para análise de dados coletados, aplicou-se como método a: análise de conteúdo, para Minayo (2001, p. 74), este método é “compreendido muito mais como um conjunto de técnicas”. A autora destaca duas funções na aplicação da técnica, sendo ela a verificação de hipóteses e/ou questões, também pode ser utilizada na descoberta do que está por trás dos conteúdos por trás dos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Considerando o Regulamento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Serviço Social (2020) do Centro Universitário Internacional (UNINTER), vale destacar que a linha de pesquisa escolhida se enquadra como “1. Formação, Práticas e identidade profissional” (UNINTER, 2020, s/p).

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscou-se explicar a trajetória da política de assistência social, bem como refletir as contradições existentes nesta categoria.

Já o segundo capítulo, descreve como o assistente social foi inserido na política da assistência social, bem como as discussões atuais a respeito de sua atuação nesse campo sócio ocupacional.

O terceiro capítulo apresenta à análise dos dados coletados por meio do questionário enviado aos assistentes sociais que atuam no DAS, para esta análise subdividiu a pesquisa em quatro categorias para melhor compreensão. E por fim, as considerações finais a respeito da temática abordada.

2. CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2.1. Apontamentos históricos sobre a Política de Assistência Social

Neste capítulo buscou-se debater de forma sucinta e objetiva, os marcos históricos da política de assistência social no Brasil. Para isso se fez necessário compreender que a política de assistência social se encontra presente na contradição entre Capital x Trabalho, bem como é resultante de um processo histórico.

Deste modo, esse capítulo fundamenta-se na trajetória da assistência social até ser reconhecida como uma política pública estatal rememorando ações de cunho assistencial, percorrendo a trajetória de regulamentação e construção da assistência social como direito, através da análise dos documentos legais, tais como: Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), e a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a qual o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e a Lei 12.435/2011.

2.1.1 Assistência Social antes da Constituição Federal de 1988.

Para compreender a atual conjuntura da assistência social, é necessário contextualizar como ela emerge, e o seu processo histórico anterior a Constituição Federal de 1988.

Na história, a assistência manifesta-se, inicialmente, como prática e atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis, sendo exercida pelos grupos religiosos e filantrópicos. A pobreza neste contexto era vista como algo normal, isto é, fazia parte da vida humana, destaca-se que devido a esse olhar sobre a vulnerabilidade social, o direito a assistência social foi substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (OLIVEIRA, 2005, p.25).

Sobre este debate, Yazbeck (2004) destaca que esse campo foi continuamente trabalhado pelo Estado de forma secundária. Desde modo, o

desenvolvimento da Assistência Social foi marcado por ações pontuais e pela desarticulação com outras políticas sociais, bem como visava atender de forma descontínua os mais necessitados.

Em 1942 criou-se no país a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que foi a primeira instituição assistencial do Brasil, esta instituição foi criada com a finalidade de atender às famílias dos pracinhas envolvidos na segunda guerra, sendo que a primeira dama Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas assume a liderança da instituição (BOSCHETTI, 2003).

Em relação a LBA, Yazbeck (2008) salienta que a assistência prestada pela instituição era voltada a maternidade e a infância, executada com ações paternalistas e com prestações de auxílios emergenciais à miséria, incentivou-se também a mobilização da sociedade civil e o trabalho feminino.

Para Torres (2002) neste cenário ficou evidente o surgimento do “primeiro-damismo”, salienta ainda, que esta ação tem uma função política, tendo em vista que muitas primeiras damas eram convidadas a participar de programas voltados ao combate à pobreza e a caridade, o que acabava valorizando a imagem dos seus maridos.

Nesta mesma discussão, destaca-se que;

[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas (SPOSATI, 2003, p. 46).

Conforme exposto pelos autores percebe-se que a natureza dessas ajudas advinda pelo Estado, a assistência aos mais pobres era um mecanismo de manipulação de classe.

Neste sentido, Mestriner (2001, p.16) frisa que longe de conseguir o patamar de política social, a assistência social passou pelo processo de doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, este processo produziu mais pobreza e desigualdade para a sociedade brasileira.

Pode-se dizer que este foi o cenário da assistência social, até ela ser reconhecida pelo Estado, enquanto política social.

2.1.2. Assistência Social após Constituição Federal de 1988 no Brasil.

A Constituição de 1988 trouxe em termos legais a Assistência Social para um novo campo de direitos, bem como aspectos como a: universalização, as formas de acesso, e a responsabilidade do Estado. Estabeleceu também, um novo momento na Política Social brasileira, com o desenho descentralizado e participativo, “delimitando-a como um campo autônomo no interior das políticas de seguridade social” (COSTA, PALOTTI, 2011, p. 214).

As relações sociais são diretamente influenciadas pela contradição existente no capitalismo, no final da década de 1980 observa-se um paradigma, de um lado a CF traz em seu bojo a Seguridade Social, constituída pelo direito a saúde, assistência social e previdência, se tratando de direitos sociais é um marco importante. E do outro lado, tem-se a expansão do neoliberalismo que ganhava cada vez mais força, devido à globalização, sendo este um sistema que tem como o seu pilar a minimização do Estado, isto é, o Estado deve interferir o menos possível nas relações sociais (YAZBECK, 2009).

Como referenciado a Constituição de 1988, em seu artigo 194, define a Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988), deste modo a Seguridade Social surge com um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais.

Neste sentido, Vianna (2005) destaca que a legislação regulamentou a Seguridade Social, e traçou um caminho a ser percorrido. Contudo;

(...) não garantiu a efetivação concreta de um sistema de Seguridade Social....Progressivamente, efetivou-se a segmentação das áreas ... e do ponto de vista da estrutura administrativa, portanto, a seguridade não tem existência formal. Pode-se também afirmar sua inexistência formal do ponto de vista do financiamento (VIANNA, 2005, p.92).

Entretanto, frisa-se que a Seguridade Social trouxe vários avanços no que tange aos direitos sociais básicos, e algumas inovações no campo das Políticas Sociais, em especial para assistência social.

Após cinco anos da criação da CF, em 1993, criou-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ¹, que define a Assistência Social, como o;

(...) direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, ART. 1º, LOAS, 1993)

A LOAS foi um marco inicial para que a Assistência Social fosse vista como uma política pública e direitos de todos aqueles que dela necessitarem. Esta mudança possibilitou que a assistência social transitasse do assistencialismo para a Política Social em termos legais. Silva (2015) aponta que;

O imperativo “direito do cidadão e dever do Estado”, maior conquista no campo jurídico da assistência social em mais de duas décadas, capitulou-se no contexto de crise e estratégias de seu enfrentamento pelo grande capital. Trata-se de estratégias que se espraiam por todos os rincões da vida, e na forma de compreendê-la, isto é, na visão de mundo, hegemonicamente mercadológica, privatista, individualista e de senso comum. Com raio de profusão amplo, essas estratégias fazem-se presentes nas orientações estabelecidas pelas políticas sociais e, sobretudo, na política de assistência social (SILVA, 2015, p. 43).

Embora a assistência social tivesse avançado no aspecto legal, ela ainda continuava sendo operacionalizada dentro dos padrões conservadores neoliberais, contrariando o que era disposto em lei. Em síntese, é que mesmo com a aprovação da LOAS, a política de assistência social ainda era utilizada como mecanismo de dominação de controle, servindo para os interesses da classe burguesa.

Neste sentido, Silva (2010, p.144) salienta que a Assistência Social “não pode ser considerada universal pelo motivo de destinar-se a quem dela necessitar”, observa-se que assistência social atendia os interesses da classe burguesa, mesmo que o Estado assumisse esta responsabilidade para si.

Ainda nesta discussão, Pereira (2011) descreve que essa “nova geração” de políticas sociais tinha como base: na focalização, privatização e descentralização,

¹LEI Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993.

tornando-se terreno mais fértil para as ações minimalistas do enfrentamento a pobreza.

Após a aprovação da LOAS, a população e os movimentos sociais lutaram muito pelo controle social nas diferentes esferas de governo, a fim de garantir um sistema descentralizado e participativo. A criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e eleição dos primeiros representantes não governamentais só aconteceu após muita pressão de organizações da sociedade civil e por iniciativa do Ministério Público, com a LOAS,

o processo de implantação e implementação de Conselhos paritários e deliberativos dessa política, bem como de Fundos e Planos de Assistência Social, dinâmica que exigiu investimento sistemático dos sujeitos nela envolvidos” (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Fato importante a mencionar é, que mesmo com a expectativa que no ano de 1994, o modelo de gestão da assistência social sofresse alterações devido a aprovação da LOAS no ano de 1993, não foi o que aconteceu, pois a política de assistência social ainda era executada diretamente sobre os fundamentos da LBA, com base no caráter conservador e centralizado, voltado a filantropia.

É importante destacar que a primeira Política Nacional de Assistência Social “só foi aprovada em 1998, cinco anos após a regulamentação da LOAS e ainda assim apresentou-se insuficiente e confrontada pelo paralelismo do Programa Comunidade Solidária” (COUTO, 2011, p. 35)

Neste sentido Boschetti (2003) ressalta que no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve fragmentação nas ações desenvolvidas pela LBA em vários ministérios, o que demonstrou segundo a autora “logo de início, sua disposição de ferir a recém-sancionada LOAS em um dos seus princípios básicos, o do comando único em cada esfera de governo” (BOSCHETTI, 2003, p. 127).

De acordo com Telles (2001) a CF não trouxe apenas avanços, pois apresenta direção compensatória e seletiva, isto é, acabava não sendo um lugar de direito e de cidadania, mas reforçava a existência de um grupo excluído, sendo estes os mais vulneráveis socialmente.

Neste contexto, era possível perceber o crescente número de entidades voltadas à filantropia, sendo estas subsidiadas pelo Terceiro Setor, e assim “recolocando em cena práticas filantrópicas e de benemerência como expressão da

transferência à sociedade de respostas às seqüelas da questão social.” (YAZBECK, 2009, p.13)

E a responsabilidade do combate as desigualdades passa a ser tarefa da sociedade civil, ou uma parceria com o Estado. O que reforçou o ideário da “sociedade solidária” tendo como base o setor privado e não mercantil de provisão social revelando assim um sistema misto de proteção social que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor, essa ação estatal não foi uma novidade na trajetória brasileira, é algo enraizado na história das políticas sociais do país, resultante no trabalho voluntario (YAZBECK, 2009).

Já no governo Lula, início de 2003, houve alguns avanços importantes na política de assistência social no Brasil, contudo deve-se ter a noção que o cenário político daquele contexto ainda era neoliberal, com roupagens neodesenvolvimentista, que segundo Pfeifer (2013) traz uma agenda clara para a política social no interior do Pacto neodesenvolvimentista.

Já no ano em que o governo Lula assume, percebe-se um processo de participação dos trabalhadores e gestores da Assistência Social juntamente com a sociedade civil organizada ganha força. Pode-se citar a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que é considerada um divisor de águas na história da política pública, pois foi nela que saiu a deliberação para a implementação de um novo modelo de gestão para a área, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), rompendo assim com o modelo assistencialista que ate então era algo enraizado (SPOSATI, 2013).

Em relação a IV Conferência de Assistência Social, Sposati (2013) destaca;

A IV Conferência Nacional de Assistência Social apresentou-se na condição de proposta de ruptura a então existente restrição legal, imposta pelo governo federal, a realização de Conferências Nacionais Bienais, determinando-as em formato quadrienal. Desde o Encontro Nacional de Prefeitos, que em Caravana se dirigiram a Brasília por volta do mês de setembro de 2003, foi pleiteada realização, naquele mesmo ano, da IV Conferência Nacional de Assistência Nacional, senão por outros motivos, que fosse pelo aniversário de 10 anos da LOAS. É importante lembrar que a marca maior dessa IV Conferência, decantada em vários textos e discursos, foi a deliberação pela implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, atribuída a significativa presença de representantes municipais naquele evento e voltados sobretudo para a construção do chão da política (SPOSATI, 2013, p. 21).

O ano de 2003, marca a trajetória da LOAS, pois após 10 anos de sua existência, a política de assistência social começa a ser regulamentada. Regida pelo SUAS, a política de assistência social passa a ser objeto de dispositivos reguladores de impacto nacional e em todos os poderes públicos e entes federativos (SPOSATI, 2013, p. 25).

Segundo Behring (2011), as mudanças e inovações que ocorreram a partir de 2003, devem-se fortemente a presença de militantes da causa de Assistência Social, que buscavam que tal fosse reconhecida como uma política pública.

Em 2004, teve-se a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual superou as formas tradicionais de serviços, programas, benefícios e projetos da assistência social, resultante do processo de implementação do SUAS como sistema único. Silva (2015) destaca que mesmo com os avanços, ainda se estava interdito pelo conservadorismo renitente, isto é, presos nas condições que a materializava, e ainda no contexto neoliberal que confronta a idéia de direitos sociais mais amplos.

A autora Gessele (2017) aponta que a PNAS traz consigo uma nova proposta de ordenamento, normas, regras, diretrizes em formas de sistemas, que nesse caso é o SUAS, colocando o Estado na primazia da condução dessa política. Ela define os direitos sociais como algo a ser defendido.

Destaca-se que o SUAS propõe uma gestão descentralizada e participativa com um novo modelo, deixando claro, a competência de cada esfera, no campo da proteção social básica, e proteção social especial. Este surge com a finalidade de fortalecer a implementação e unificação da Política de Assistência Social em todo o território nacional (GESSELE, 2017).

Nesta mesma direção Yazbek (2012) ressalta que o SUAS vem buscando incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que diz respeito à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Mediante a isso, a Política Nacional de Assistência Social apresenta como finalidade a proteção social, na qual;

(...) consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à

família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p. 90)

A PNAS afirma seu caráter de política de proteção social; “a política pública de assistência social marca sua especificidade no campo das políticas, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros” (PNAS, 2004, p. 32).

Deve-se compreender que a proteção social não deve ser responsabilidade apenas de uma política pública, mas de todas, devendo trabalhar em intersetorialmente para que as demandas sociais sejam superadas.

O SUAS reafirma que o desenvolvimento humano e social deve partir dos princípios: matricialidade sociofamiliar; territorialização; proteção pró-ativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais econômicas. Para que os cidadãos possam alcançar seus direitos à cidadania.

O SUAS traz em seu bojo, a garantia das seguintes seguranças: de acolhida; de renda; do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; de sobrevivência a riscos circunstanciais (BRASIL, 2005).

Mesmo com os avanços do SUAS, é possível identificar algumas lacunas, que permitem que algumas concepções conservadoras e moralistas sejam aplicadas, tais como, a centralidade familiar, isto é, a responsabilização familiar frente à questão social. (SPOSATI, 2009, p.34).

O mesmo ocorre com o “desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p. 34). Esta é uma concepção que acaba por culpabilizar o indivíduo e sua família por suas condições. Compreende-se que essa proposta está mais para um avanço do capitalismo em mercadorizar potencialidades, ou seja, “esse processo é denominado de difusão do empreendedorismo no sentido de que o pobre deve ser estimulado a investir em uma das suas competências” (SPOSATI, 2009, p. 34). Mesmo no avanço da política de assistência social, observam-se as correlações de forças entre o capital e trabalho, uma vez que o Estado se propõe a “capacitar” a classe mais vulnerável.

Como exemplo desse interesse do capital, pode-se citar a parceria do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com o Programa Nacional de Acesso

Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS) ofertando cursos de qualificação e capacitação profissional, como manicure e pedicuro, padaria e confeitaria.

Nesta perspectiva Gessele (2017, p.107) afirma que “em síntese, verifica-se a existência de uma perspectiva de valorização do capital humano, não esquecendo que essa perspectiva se caracteriza como uma nova fonte de expropriação para o capital.”

Ficando explícito o objetivo da PNAS, olhares subjetivos e individuais em relação à superação da pobreza ao focar na questão do empoderamento, autonomia e capacidades, tornando assim os indivíduos e suas famílias responsáveis pela superação de tal. Em relação a tal apontamento as autoras Mota, Maranhão e Sitcovsky(2006, p.163) afirmam que “para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser política de proteção social e não parte da política de proteção social”.

Deste modo, o público-alvo da assistência passa a ser visto como pessoas em “vulnerabilidade social”, “situação de risco”, também chamados de “vulneráveis”, quando na verdade, são pessoas atingidas pela pauperização absoluta²ou relativa (NETTO, BRAZ, p.35, 2006)

É válido ressaltar que as categorias “risco social” e “vulnerabilidade” expressam pensamentos liberais, disseminados a partir dos anos 2.000, sendo estes ainda utilizados nos manuais aos equipamentos do SUAS. (NETTO, BRAZ, 2006)

Em 2005, cria-se a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS);

a presente Norma Operacional consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil.” (BRASIL, 2005, NOB/SUAS).

²A pauperização pode ser absoluta ou relativa. “A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas”(NETTO; BRAZ, 2006, p. 135).

Tal criação foi de extrema importância, pois foi por meio desta que a Política Nacional de Assistência Social foi operacionalizada.

Com a NOB/SUAS/2005, a proteção social passa a ser garantida em nível básico e especial. A Proteção Social Básica visa à prevenção e promoção, com bases territoriais e serviços, programas e projetos voltados à população em situação de vulnerabilidade social.

Já a Proteção Social Especial se materializa nos serviços voltados à população que sofreu violação de seus direitos. Destacam-se, neste caso, as mais diversas situações de violência.

A Proteção Social Especial divide-se ainda em “média complexidade”, quando os usuários têm vínculos familiares e comunitários de apoio, e em “alta complexidade”, nos casos de inexistência ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, demandando serviços de proteção por meio do acolhimento institucional. (NOB/SUAS/2005)

Em 2005, começaram a ser implantadas os equipamentos do SUAS, voltadas a proteção social básica e proteção social especial. As unidades públicas foram divididas em níveis de complexidades, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ficaria responsável pela proteção social básica, já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) responsável pela proteção social especial.

Outro marco importante, a ser citado no que tange a política de assistência social é a Resolução de nº 109 de novembro de 2009, mais conhecida como Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, surge preenchendo uma lacuna da regulamentação dos serviços e cria identidade, passando a ter uma unidade nacional no que se refere à compreensão de seus objetivos, provisões e aquisições dos usuários. Seu bojo, foi fundamental para os gestores e trabalhadores do SUAS, no tocante a adequações dos serviços. (GESSELE, 2017)

De acordo com a Tipificação os níveis de proteção social e de seus serviços foram divididos em:

Quadro 1- Serviços Socioassistenciais

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da NOB/SUAS (2005) e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009)

A tipificação teve um papel fundamental na consolidação dos serviços de assistência social no país, regulamentando os serviços, bem como as instâncias, mas tem do controle social, do que eles podem exigir do poder público. Neste sentido Sposati (2013) destaca que a contribuição e da definição da tipologia dos serviços socioassistenciais.

Com as alterações da Lei Orgânica da Assistência Social, que se deram por meio da Lei N° 12.435, de julho de 2011 e da Lei N° 12.470, de 31 de agosto de 2011, outros aspectos significativos para a ampliação do direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) se concretizaram, podendo se destacar: a) alteração no conceito de família; b) revisão do conceito de pessoa com deficiência conforme a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; c) instituição da compatibilidade do BPC com a remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz; d) instituição da suspensão especial do BPC quando o beneficiário, pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, restabelecendo o pagamento do benefício suspenso, sem necessidade de reavaliação da deficiência para esse

fim quando extinta a atividade laboral e não tendo sido adquirido o direito ao benefício previdenciário.

Neste mesmo sentido, é importante citar a NOB 2012, que foi aprovada em 03 de janeiro de 2013, por meio da resolução de nº 33 de 12 de Dezembro de 2012, que trata de alterações da LOAS, com relação à aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Esta resolução estabelece o aprimoramento dos instrumentos de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios necessários para operacionalização da Política Nacional de Assistência Social através de um sistema único (CONEGUNDES, ROCHA, 2013).

Mediante o exposto, observa-se que apesar das conquistas realizadas a partir do texto constitucional, bem como as leis e normas, observa-se a contradição existente nessa política.

Nesta mesma discussão, Pereira (2002) salienta que a assistência social quase nunca é vista como um fenômeno social, dotado de prioridades essenciais, mas é vista pelo senso comum, pelo mau uso, que muitas das vezes é vinculada ao uso político que é feito dela.

Nesta mesma direção, a autora destaca que no campo do senso comum “a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena e comiseração” (PEREIRA, 2002, p. 218).

Em relação à Política Nacional de Assistência Social, Gessele (2017) aponta que até os dias atuais, o maior desafio da assistência social, é de tornar-se de fato pública, e com garantia de orçamento para os municípios brasileiros. Superando de vez as condições de ações privadas, seja este de cunho filantrópico ou pela benemerência.

Conforme posto, denota-se que embora a Assistência Social tenha conquistado novos patamares em termos legais, devido ao seu processo histórico, carrega consigo vários estereótipos, podendo citar o “primeiro-damismo”, bem como o pouco investimento nessa política, os desmontes que vem ocorrendo atualmente. Fica evidente também como a classe dominante utiliza-se da assistência social para ganhos próprios.

2.2. Gestão e Assistência Social

Tendo em vista que a presente pesquisa visa desvelar a atuação do assistente social na gestão do SUAS, se faz necessário um tópico que discuta relação da gestão e assistência social.

A CF de 1988 introduz elementos democráticos na gestão das políticas públicas, fundamentados nos princípios da descentralização, municipalização e participação da sociedade civil em todo o processo (TEIXEIRA, 2007, p.155).

Para seguir o novo modelo de gerenciamento referenciado, a LOAS (1993) estabeleceu parâmetros de gestão de Assistência Social, exigindo o reordenamento institucional dos Estados para consolidação da política, que em seu processo histórico, carecendo assim de procedimentos sistemáticos de planejamento, organização e controle. (PERES, 2011).

Os princípios e diretrizes que deram fundamentação a gestão descentralizada e participativa, requer distribuição de competências e responsabilidades, elencando as obrigações entre as esferas de governo e na participação ativa da sociedade civil nas definições da Assistência Social.

O modelo referenciado é caracterizado como gestão social, De acordo com Singer (1999);

A gestão social abrange uma grande variedade de atividades que intervêm em áreas da vida social em que a ação individual auto-interessadas não basta para garantir a satisfação das necessidades essenciais da população. Estas áreas são bastante diferenciadas, indo desde o abandono de crianças e de idosos por parte dos familiares, a falta de abrigo para indigentes e enfermos físicos ou mentais, até a exclusão temporária ou definitiva da produção social de pessoas aptas ao trabalho e necessitadas de renda. (SINGER, 1999, p.55)

Segundo Peres (2011), vários pesquisadores compreendem que a gestão descentralizada e participativa foi à forma em que o Estado encontrou de enfrentar os problemas sociais que foram agravados pela globalização. A gestão tornou-se um desafio para a Assistência Social, que durante anos apresentava uma infinidade de programas e projetos que nem sempre eram significativos em termos de recurso, abrangência e com alcance desconhecido pelos gestores públicos. (PERES, 2011)

A LOAS apresenta subsídios para gestão da política de Assistência Social, atribuindo a cada esfera do governo as suas responsabilidades e competências de formular, executar, financiar, avaliar e criar mecanismo de participação e controle social. Esta divisão de responsabilidades é reforçada na NOB/SUAS/2012;

Art. 9º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme suas competências, previstas na Constituição Federal e na LOAS, assumem responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial (BRASIL, NOB/SUAS/2012, p.18)

Os Estados ficam com as atribuições de elaborar a política em sua esfera de atuação, compor o co-financiamento e apoiar, técnica e financeiramente, os municípios na consecução da política de Assistência Social. O Distrito Federal e os Municípios assumem o papel de executores, propriamente dito, bem como parte do co-financiamento da política. (BRASIL, 1993)

A LOAS sinaliza que as instâncias de governo devem permanecer articuladas e se apoiando mutuamente durante todo o processo de implantação da PNAS.

O órgão gestor da política de Assistência Social, responsável pelo comando único em cada esfera de governo, caracteriza-se em unidade pública estatal com a missão de normatizar, regulamentar, elaborar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da política em seu âmbito, promover e incentivar investimentos para qualificar a capacidade de gestão e cofinanciar as ações socioassistenciais, alocando recursos diretamente no Fundo de Assistência Social. (PERES, 2011)

A unidade pública, na esfera federal e estadual, constitui-se a partir de Secretarias de governos ou congêneres, já nos municípios pode variar de diferentes formas, desde Secretarias, Departamentos, e setores acoplados a estrutura de outras políticas sociais, isso vai depender da realidade de cada localização.

Na gestão do SUAS existem três elementos essenciais para sua implantação: a centralidade da gestão estatal, as novas requisições voltadas à gestão do trabalho e o desafio para a construção de uma nova identidade dos trabalhadores da assistência social (BRASIL, 2008). Neste sentido Yazbek (2008) aponta que o SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, onde a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental.

Segundo a PNAS a gestão proposta por esta política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e as competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o que está preconizado na LOAS e Norma Operacional Básica, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartites e Bipartites – CIT e CIB's), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da política de assistência social (PNAS, 2004).

De acordo com o SUAS, a gestão é composta pela associação entre domínio de conhecimentos técnicos e a capacidade de inovação, aliada aos princípios democráticos da gestão pública.

A gestão estratégica do SUAS baseia-se na utilização de instrumentais como o planejamento, monitoramento e a avaliação. Para Cardoso (2013), estes três elementos são entendidos como procedimentos técnicos, e mecanismos fundamentais para a direção da política, neste sentido Couto (2009) destaca que;

A gestão, no caso do Suas, é central para a efetividade do sistema e, para que se consolide, será fundamental utilizar os referenciais do planejamento participativo e pautar-se na premissa da democratização dos espaços e na garantia de direitos sociais universais e emancipadores (COUTO, 2009, p.216).

Para Yazbeck (2008) a implantação da gestão no SUAS foi uma verdadeira conquista na assistência social brasileira, pois passa do campo do voluntarismo, passando a ser se operacionalizar sob a estrutura de uma política pública. Todavia, destaca-se que a gestão do SUAS ainda apresenta vários desafios a serem superados.

3. CAPÍTULO II: SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, UMA RELAÇÃO DELICADA.

Os assistentes sociais tornaram-se profissionais de referência na discussão sobre a Política de Assistência Social. Considerando o método adotado na presente pesquisa, é necessário entender como surgiu esta relação, que é tão forte ao ponto de ter que diferenciar para o senso comum a distinção entre a Política de Assistência Social, o assistente social e o serviço social (CFESS, 2011).

3.1. Serviço Social e Assistência Social

Para compreender a relação do serviço social com a assistência social é necessário resgatar o cenário histórico antes de a profissão ser inserida nas políticas sociais.

Muitos autores apontam que um dos marcos históricos da profissão foi seu processo de institucionalização, que se deu início da década de 1930, vale salientar que nesse período o cenário mundial era de crise, fruto da crise mundial de 1929. Este momento foi propício para a implantação do movimento de industrialização no país, requerendo assim, uma nova postura do Estado brasileiro, que até então tinha sua economia baseada na agroexportação, e foi afetada pela crise.

É importante mencionar este fato, pois o serviço social brasileiro surgiu na década de 1930, para atender as novas situações vivenciadas pelo país com o processo de industrialização e urbanização, uma vez que nesse processo, aconteceu o processo migração da zona rural para a zona urbana, o que modificou tragicamente as relações sociais e econômicas, deixando as expressões da Questão Social evidentes, como a fome, falta de moradia, saneamento básico, isso afetava diretamente a classe trabalhadora (PERES, 2001, p.87)

Com o processo de industrialização da década de 1930, e assim, de agudização das expressões da questão social no capitalismo monopolista, como forma de intervenção da igreja católica, do Estado, e do Mercado (Burguesia). Pode-se afirmar então, que a profissão emerge devido à necessidade da burguesia brasileira. (CARVALHO, IAMAMOTO, 1983, p.77).

Neste sentido, Carvalho e Iamamoto (1983) salientam que a questão social, passa a exigir outros tipos de intervenção, indo além da caridade e repressão, isto é, com a luta de classes exige-se do Estado à criação de políticas sociais, e, portanto, uma profissão que atende essa demanda.

Em meio a esse cenário a Igreja Católica viu um terreno fértil para retomar seu domínio, essa retomada é chamada dentro das teorias de reação católica. Sendo assim, a igreja tinha como objetivo recristianizar a sociedade, buscando se estabelecer hegemonicamente para conquistar seu poder perdido com a ascensão do capitalismo.

Essa reação católica vai acontecer a partir da ação católica, cujo objetivo era organizar a intelectualidade católica, adaptando-se a realidade brasileira, ao que traziam as encíclicas papais de cunho social, a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*, ambas apresentavam um cunho social e humanitário, todavia destaca-se que apesar de ser um processo humanista, ainda é um processo conservador, pois a igreja católica queria conservar seu poder histórico (IAMAMOTO, CARVALHO, 1983, p.178).

Nesse desejo pelo aprimoramento da intervenção social, a Igreja, aliada ao Estado, se especializou na Ação Social. Em 1932, cria-se em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), ele vai ser ligado ao departamento de ação social da igreja, ou seja, esse movimento é maior do que o serviço social, uma vez que está relacionada a um movimento de disputa de hegemonia na sociedade, entre a Igreja e capitalismo.

A partir do CEAS, criou-se a primeira escola de serviço social em 1936, em São Paulo, atualmente é a PUC-SP. Neste sentido Carvalho e Iamamoto (1983, p. 156) destacam que “(...) a Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social (...)”. Vale destacar que até hoje a PUC-SP, é referência em mestrado e doutorado em serviço social do mundo.

Observa-se que o Serviço Social emerge da Reação Católica e da efervescência do capitalismo, fazendo que a profissão carregasse por muito tempo, marcas da formação religiosa, da caridade e do assistencialismo por quatro décadas seguintes. (PERES, 2011, p.90).

Carvalho e Iamamoto (1983) destacam que as formações das primeiras escolas de Serviço Social eram atreladas ao conservadorismo e ao humanismo-

conservador, com influência do (neo) tomismo, bem como salientam que até 1950 a Igreja Católica teve influência direta na formação.

Com a formação direcionada para lidar com a questão social, preparou o assistente social como profissional habilitado para trabalhar nos programas sociais da Igreja, ainda no viés conservador, e doutrinário.

Em 1940, o processo de industrialização começa a se consolidar no país. Nesse momento há portanto um aumento do mercado de trabalho do serviço social, com isso surge necessidade de profissionais que fossem capazes de auxiliarem nesse processo de desenvolvimento. Criando assim a demanda pelos profissionais do serviço social, principalmente nas das grandes instituições assistenciais, como exemplo a LBA (1942), o SESC, SENAI, dentre outros. Neste sentido Iamamoto destaca (1983);

No fim da década de 1940 e especialmente na década seguinte, abre-se um novo e amplo campo para os assistentes sociais; as grandes empresas (especialmente as industriais) passam a constituir um mercado de trabalho crescente. O Serviço Social se interioriza,acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais e o surgimento de novos programas voltados para as populações rurais. Ao mesmo tempo, nas instituições assistenciais- médicas, educacionais, etc- o Serviço Social logra maior sistematização técnica e teórica de suas funções, alcançando definir áreas preferenciais de sua atuação técnica (IAMAMOTO, 1983, p. 350).

Em relação à década de 1940, denota-se que o serviço social é inserido na assistência social com a finalidade de ajustamento do indivíduo, uma vez que neste contexto, o serviço social é influenciado pelas correntes norte-americana, voltadas para o Serviço Social de tratamento, nas linhas de psicologia e psiquiatria, dos desajustamentos e psicossociais (IAMAMOTO, 1983, p.350).

Este novo cenário que surgiu, exigiram do serviço social uma nova reforma, e um novo posicionamento, de acordo com Andrade (2008);

(...) as exigências da racionalidade capitalista impunham aos assistentes sociais, a necessidade de novas estratégias e instrumentos. Não era mais suficiente a “compreensão e experiência de mulheres com dom de si próprias à vida popular”. A demanda institucional clamava o Serviço Social para o terreno da formação técnica, da eficiência.

Foi nessa direção que o movimento interno da profissão conseguiu caminhar qualitativamente, também aderindo ideologicamente à racionalidade capitalista, o que lhe garantiu a legitimação profissional. (ANDRADE, 2008, p. 274)

Em meio ao processo de industrialização brasileira, acontece em 1947, o 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, em São Paulo, no qual foi aprovado, em Assembléia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais, o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Embora ainda não fosse regulamentada, já havia uma forte influência positivista conforme referenciado.

Devido à necessidade da preparação dos profissionais, o Estado passou a contratar assistentes sociais para organizar serviços para atender as solicitações da população, o que possibilitou um campo novo, e o Estado tornou-se o principal empregador da categoria. (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p.63).

Nesta discussão, as autoras Miotto e Nogueira (2013) apontam que as funções desempenhadas pelos assistentes sociais na década 1960 evidenciavam a preocupação com a integração dos indivíduos e a normalização das suas condutas. Nesta década não se discutia a relação com as políticas sociais, as quais não eram igualmente tratadas em segundo plano, tanto pelo Serviço Social como por outras áreas do conhecimento. Muitos autores destacam que nesse período o serviço social sofre influência da norte-americana. Salienta-se que a intervenção convergia aos objetivos institucionais de integração social e redução dos “desvios de conduta”.

Vale destacar que em 1964, o país vivenciava a ditadura militar que perdura até 1985, isso acabou sufocando os debates críticos que estava acontecendo em toda a América Latina, isolando o Brasil neste movimento crítico. A ditadura militar impacta diretamente nas relações sociais, e no trabalho do assistente social, Filho (2013) destaca que;

(...) a ditadura militar e seu processo de modernização conservadora implicaram uma liberalização da administração pública (Decreto Lei n.º 200), um enrijecimento burocrático com fortalecimento do Estado para o capital e uma expansão de baixa qualidade com burocracia precária para área social (FILHO, 2013, p.139)

No período ditatorial, as ações do Estado eram implantadas de forma burocráticas e arcaicas, com a finalidade de manter a dominação existente, sobre este período, Pereira (2002) denomina esse período como tecnocrático-militar, ampliou consideravelmente as políticas sociais e o papel do Estado na sociedade, mas os direitos eram fortemente centralizados na União, estrategicamente gestados

sob o controle dos instrumentos técnicos e burocráticos, com direção política autoritária e, em consequência, esvaziamento da participação da sociedade no planejamento e gestão destas políticas, favoreceu aos governos militares como mecanismo de adesão das classes médias as suas propostas centralizadoras e repressivas aos movimentos sociais, pois a sociedade brasileira viveu de 1964 a 1985, sob restrição dos direitos civis e políticos.

Nesta perspectiva, criou-se outra instituição na área de assistência que teve destaque na história brasileira, sendo esta a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 01/12/1964, que segundo Rizzini (1995, p. 300) a instituição deveria “(...) formular e implantar a Política de Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política”. Sendo assim, a FUNABEM tinha caráter centralizador e normativo, tendo em vista que a existência de normatizações para que ocorresse o repasse de recursos.

Esta política tinha como um dos seus pilares, a doutrina da situação irregular³, fundamentada na Lei 6.697/1979 (Novo Código de Menores), que tratava da proteção de menores em condições de irregularidade, essas crianças e adolescentes eram pobres desassistidas, aquelas que tinham condutas consideradas não anti-sociais para a época, ou simplesmente por decorrência a sua vulnerabilidade social (pobreza). Havia duas linhas de “atendimento” para tais problemas: o tratamento (internação), e prevenção. (FONTENELE, 2016, p.79)

Segundo Costa (s/d, p.19) este modelo de assistência era focado na concepção correcional, pois “(...) conviveu, durante toda a sua vigência hegemônica, com as práticas repressivas herdadas no passado (...)” que foi aprimorado na ditadura militar. Neste período o ciclo de apreensão, triagem, rotulação e deportação, ganharam destaque nas FEBEMs, sendo altamente cruel.

As políticas sociais até então implantadas, eram voltadas no caráter regulador, focalizado, incorporado de forma controlada, embasados na forma

³O “menor em situação irregular constitui categoria jurídica com conteúdo médico e psicológico, que permitiu transformar a pobreza em situação de irregularidade, fazendo com que o pobre ganhasse *status* de menor carente infrator (ARANTES, 1995)

seletiva e autoritária, não incluindo todo o conjunto da classe trabalhadora (FONTENELE, 2016).

O governo da Nova República não avançou muito, além das medidas residuais, sendo que a intervenção do estado no tocante à pobreza continuava com caráter assistencialista, clientelista e fragmentado. (INSTITUTO DE CIDADANIA, 2001).

Em meados do ano de 1974, começam a surgir as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime militar, sendo resultados do impacto da economia internacional. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Neste mesmo período, em meados da década de 1970 começou no Serviço Social uma nova construção sobre a perspectiva profissional, onde a profissão recebeu forte influência teórico-marxista.

O intelectual Netto (1996), no seu livro Ditadura e Serviço Social, a partir de uma literatura do período difundida entre 1965 e 1985, são citados três momentos de reflexão: o primeiro, na segunda metade dos anos 60, o segundo, um decênio depois e o terceiro nos anos 80. A reflexão de Netto (1996) se desenvolve em três direções principais e são elas: Perspectiva modernizadora, Reatualização do Conservadorismo, Intenção de Ruptura.

Apesar de não entrar na discussão, de forma profunda, sobre o Movimento Reconceituação do Serviço Social, é importante compreender que a categoria vai mudando sua forma de pensar, bem como de atuar em relação aos usuários da assistência social, e o seu entendimento em relação à sociedade.

Vale destacar que este movimento no interior da profissão, possibilitou mudanças na prática do assistente social, que passou a ser referenciada na defesa dos interesses dos usuários. (NETTO, 1996, p.127).

Com a instauração da chamada Nova República em meados da década de 1980, o Estado reduz sua ação intervencionista, e passa a oferecer mais políticas sociais, o que demandava do Serviço Social uma reestruturação e modernização para a garantia de novos espaços sócios ocupacionais. (PERES, 2011)

Peres (2011) destaca que o movimento pela constituinte em 1980, ofereceu para o Serviço Social um terreno fértil para o exercício político profissional em defesa da bandeira da democracia e dos direitos sociais.

Com a proclamação da Constituição Federal de 1988, foi possível sonhar com a estruturação do sistema de proteção social brasileiro, todavia vale salientar que neste cenário o sistema neoliberal estava ganhando cada vez mais forças, sendo assim, as políticas sociais só continuou amenizando as expressões da questão social.

Destaca-se que os assistentes sociais, juntamente com outros profissionais sociais, iniciaram-se um trabalho árduo para a legitimação da política de assistência social, com grupo era chamado de Grupos de Trabalho da LOAS (GT-LOAS). (PERES, 2011).

Em 1993, após 05 anos de luta criou-se a LOAS, que foi marco regulamentário para a assistência social no Brasil, bem como se tornou um documento importante para o trabalho dos assistentes sociais naquele contexto.

Outro apontamento necessário, é que a LOAS ampliou os campos sócios ocupacionais do assistente social, que passou a ser solicitado para operacionalizar, bem como estruturar a política de Assistência Social principalmente na esfera municipal, solicitando assim, profissionais capacitados para a gestão que pudesse elaborar metodologias viáveis a realidade da população utilizando-se de suas dimensões profissionais (PERES, 2011)

Contudo, Iamamoto (2007) destaca que a política de assistência social era incapaz de romper com as relações sociais e econômicas instaladas pelo sistema capitalista, a autora frisa que a “(...) visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social.” (IAMAMOTO, 2007, p. 22).

A professora Peres (2011) salienta que os dez primeiros anos da LOAS, o cenário político e econômico não era favorável para a consolidação da Assistência Social, e tão pouco era reconhecida efetivamente como direito do cidadão e dever do Estado, conforme prevê o “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (...). (BRASIL, ART.203).

Neste sentido, a autora (*idem*) destaca a participação dos assistentes sociais, que se mobilizaram para discutir e propor mudanças no texto preliminar da PNAS, que foi redigida pelos estudiosos da Assistência Social em conjunto com o Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social.

A respeito desse processo, Silveira (2007) salienta que;

A implementação do SUAS pode revelar tendências que reforçam a simples análise da legislação regulamentadora, com adaptação apressada às realidades locais/regionais, sem mudanças significativas, podendo expressar práticas tecnicistas e burocráticas, que desconsideram o significado sócio-histórico dessa política, no que se refere ao processo de ampliação dos direitos, enquanto mediação fundamental que viabiliza explorar as contradições da sociedade desigual, reduzir processos de exclusão do acesso aos bens e serviços e impulsionar ações protagonizadas no fortalecimento de uma base ideopolítica transformadora (SILVEIRA,2007, p.62).

A respeito do Serviço Social neste contexto, Alayón (1992, p.25) afirma que surge dentro da “(...) profissão, a necessidade de adequar alternativas, de repensar os objetivos profissionais e, com certeza, também a necessidade de ensaiar propostas metodológicas conformes às novas exigências.”

Sendo assim, exigiu-se do serviço social uma maior capacidade teórico-crítica para análise de conjuntura, bem como a demanda por habilidades gestoras, sugerindo assim a inserção profissional na gestão, bem como formação contínua.

Sobre esta inserção dos assistentes sociais na gestão, Peres (2011) afirma que;

Para atuar no contexto da Assistência Social, os profissionais, além de adquirir o domínio dos conceitos inerentes a ela, precisam trabalhar diretamente com a vontade política dos governantes, serem estratégicos, propositivos e potencializadores de esforços administrativos, acrescidos da capacidade técnica e operacional nos campos da informação, do planejamento, monitoramento e da avaliação (PERES, 2011, p.97)

Nesta perspectiva, Peres (2011) salienta que há pouco interesse do Serviço Social em se apropriar do conhecimento sobre gestão, conforme sinalizado nessa monografia. Vale destacar que a dissertação da autora foi escrita em 2011, e na construção dessa pesquisa em 2020, o mundo acadêmico não mudou muito, ainda são poucas as pesquisas do Serviço Social sobre gestão.

Com a criação da PNAS em 2004, o assistente social torna-se uma profissão legítima da assistência social, sendo ela necessária nas equipes multiprofissionais, compondo majoritariamente as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como equipes gestoras, Conselhos de Assistência Social. (BRASIL, 2004).

Destaca-se que diante das dificuldades de prefeitos e gestores, começou-se a solicitar apoio técnico para implantação do SUAS, demandando assim, consultorias e assessorias do serviço social.

Posto isso, observa-se que a Assistência Social, e o Serviço Social têm uma relação bem próxima, ao ponto de a profissão sofrer diretamente com as mudanças da política de assistência social no seu percurso histórico, bem como participou diretamente da luta pelo seu reconhecimento enquanto política pública.

3.2. Gestão Social e Serviço Social

Conforme citado anteriormente, a gestão do SUAS configura-se como gestão social democrática. Sendo assim, é necessário compreender este espaço como campo sócio ocupacional de atuação do assistente social.

Da Costa (2008) aponta que a gestão debatida enquanto Administração Pública vem sendo analisada pelo Estado Brasileiro, com maior rigor desde a Revolução de 1930, quando “a centralização passa a constituir um princípio de organização do Estado brasileiro que se aplica de forma sistemática em todos os setores e níveis de estruturação territorial” (DA COSTA, 2008, p.844). Sendo assim, entende-se que a gestão social surge devido à demanda do capitalismo.

Para Maia (2005) gestão social é uma construção histórica, viabilizada pelo movimento contraditório de dois processos sociais: o desenvolvimento do capital, e o desenvolvimento da cidadania. Sendo assim, entende-se que a gestão social atende ambos os interesses, bem como se encontra presente na contradição do sistema capitalista.

Neste mesmo sentido, Maia (2005) apresenta duas formas de gestão social, sendo elas: gestão do social, e a gestão social. Para a autora a gestão do social:

(...) trata das ações ou mesmo dos processos que reúnem um conjunto de ações, seja na perspectiva gerencial (Tenório, 1998), como em torno das políticas públicas (Singer, 1999) ou políticas sociais (Carvalho, 1999), não explicitando a intervenção imediata na complexa trama do desenvolvimento societário, apesar de reconhecê-las como importantes mediações para o desenvolvimento. Muito facilmente a gestão do social pode ser reconhecida pelo caráter exclusivamente instrumental, dada a sua proximidade com os

referenciais e empreendimento nessa área pelos promotores do capital. (MAIA, 2005, p.13)

Já a gestão social;

(...) constitui-se, como afirma Fischer (2002), como um processo de desenvolvimento societário, reconhecendo todos os seus movimentos constitutivos, desde o poder, o conflito, a aprendizagem e, também, a transformação, destacada por Dowbor (1999). Assim, compreendemos que a gestão social, fundada na contra-hegemonia do projeto societário cidadão, já se constitui como sua “superação” (Cury, 2000), constituindo-se como um processo social de desenvolvimento ou conjunto de processos sociais, viabilizador do desenvolvimento societário. (MAIA, 2005, p. 13-14)

Em relação à gestão social, destaca-se que exige do Serviço Social uma compreensão mais complexa do Serviço, tendo em vista que se remete a uma necessária reconfiguração intervencionista dele. Já a gestão do social, destacam-se as ações e processos compreendidos “na ótica questionária, quer em torno da análise, compreensão e implementação reflexiva e crítica das políticas públicas”, frisa-se ainda que neste segundo tipo de gestão não se possui necessariamente uma componente ideológica e intervencionista na teia complexa das relações sociais atuais, nem um papel de mediação crítica com os autores que a protagonizam. (SANTOS, NUNES, 2013, p. 96)

Neste sentido, as autoras Santos e Nunes (2013) destacam que o Estado deixa de ser um orientador político, programático e pragmático da ação profissional, e passa a ser um novo campo de intervenção do assistente social. Exigindo assim um profissional prático-reflexivo, que consiga enxergar a realidade, e seja capaz de realizar uma análise social.

As autoras (*idem*) frisam que a atuação do assistente social neste campo é um desafio, tendo em vista que é um trabalhador assalariado, contratado pelo Estado para dar respostas aos programas e projetos, bem como Políticas criadas por ele.

Nessa perspectiva Baptista (1986) salienta que o assistente social pela formação, competência técnica, teórico- metodológico, e técnico- operativo, tem total capacidade de atuar em projetos que visam à mudança, e que sejam em prol da cidadania.

A gestão social está inserida na contradição do capitalismo. Sendo assim, o assistente social deve estar atento para a dimensão ético-política, tendo em vista a necessidade constante de avaliar a correlação de forças institucional. Neste sentido, a atuação do assistente social deve ser norteada por direitos e deveres constantes do Código de Ética, bem como pela Lei de Regulamentação ⁴, tantos pelos profissionais, como pela instituição contratante. (CFESS, 2011, p.19)

Considerando os direitos e deveres do Assistente Social, o profissional deve buscar fugir das abordagens funcionalistas, que tentem culpabilizar o usuário, ainda que inserido na gestão, o profissional tem o dever de zelar pelo direito do usuário da política. (CFESS, 2011)

O Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social de 2011 aponta que a atuação profissional deve ser orientada por uma perspectiva crítica; destaca ainda a necessidade da;

(...) leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2011, p.20)

Em relação às competências esperadas do assistente social inserido na gestão social, Iamamoto (2009) aponta a existência do objetivo institucional, e o objetivo profissional, bem como a tensão entre eles, destaca que;

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na sua condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional – os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. E oferecem o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto articulam um conjunto de condições que

⁴ Lei 8.662/1993

informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados (IAMAMOTO, 2009, p. 22-23)

Sendo assim, a atuação do assistente social na gestão é um convite para participação do processo de luta por direitos, ao mesmo tempo o profissional encontra-se pressionado, pois deve superar os modelos de gestões arcaicos, e propor novos, sempre resgatando seus valores éticos profissionais.

Neste sentido, salienta-se que;

As possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. É nesse sentido que as competências e atribuições profissionais devem se inserir na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo, que contempla ao menos três dimensões indissociáveis: as atividades exercidas pelos/as trabalhadores/as, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício. (CFESS, 2001, p.31)

Frisa-se que para uma atuação profissional eficaz no SUAS, é necessário que seja proporcionado aos trabalhadores, espaços físicos que atendam a demanda da população usuária, bem como dos profissionais que atuam em prol de sua consolidação no território (CFESS, 2001).

Conforme debatido neste capítulo, observa-se que o Serviço Social tem muito a acrescentar a PNAS, todavia o assistente social deve ter a cautela e ter uma visão crítica, e saber observar a correlação de forças existentes, tendo em vista que é uma política oferecida pelo Estado. É uma instituição que atende ambos os interesses, bem como se encontra presente nas contradições do sistema capitalista.

4. CAPÍTULO III: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ – SEJUF

No presente capítulo objetivou-se debater os resultados da pesquisa aplicada junta as às assistentes sociais que atuam no Departamento de Assistência Social, que pertence a SEJUF, órgão este que é responsável pela gestão do SUAS no Paraná.

4.1. Caminhos da pesquisa: apresentando a metodologia e análise de dados:

Para desvelar a atuação do assistente social na gestão estadual do SUAS do Paraná, utilizou-se como técnica de coleta de dados, o questionário aberto com 10 perguntas abertas. De acordo com Mattar (1994) o questionário aberto, apresenta vantagens, pois estimula a cooperação, permite avaliar melhor as atitudes para a análise das questões estruturadas, proporciona comentários, explicações, e esclarecimentos significativos para se interpretar. As perguntas foram pensadas de forma que fossem sucintas, e com o intuito de desvelar a atuação do assistente social inserido neste espaço sócio ocupacional.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o método utilizado para analisar os dados foia análise de conteúdo. De acordo com Minayo (1998), uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados.

Tendo em vista que até a data da solicitação de pesquisa (24/06/2020) existiam 10 assistentes sociais inseridas no DAS, pode-se considerar que a população pesquisada é pequena⁵, Barbetta (2001) destaca que nesses casos utilizar-se de amostragem não é interessante. Deste modo, não se utilizou amostragem.

⁵ Como referenciado o pesquisador é estagiário do DAS, por isso, sabe o universo total.

Antes de enviar o questionário para as profissionais, no dia 24/06/2020, protocolou-se por meio do *eprotocolo*⁶ um pedido ao chefe do DAS solicitando permissão para que as profissionais pudessem responder o instrumento de coleta, nessa etapa foi enviado o projeto de TCC. No dia 06/07/2020, a autorização foi concebida, conforme o apêndice I.

O questionário foi elaborado na plataforma digital Formulários *Google*, o endereço eletrônico para acessar esse material foi disponibilizado a partir do dia 08/07/2020, e ficou disponível para receber respostas até o dia 22/07/2020. Foi enviado via *expresso*⁷ para todas as assistentes sociais que atuam no DAS/SEJUF. Das 10 assistentes sociais, 09 responderam o questionário, antes de começarem a responder, as profissionais deveriam sinalizar se concordavam em responder a pesquisa, conforme o apêndice II. Vale destacar que foram criados nomes fictícios para não expor a identidade das profissionais.

Segundo Minayo (1998), são diferentes os tipos de análise de conteúdo: de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e categorial temática. Esta última, à qual daremos destaque, se propõe a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado". Utilizou-se a análise categoria temática que funciona em etapas, por operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico posterior, e comporta dois momentos: o inventário ou isolamento dos elementos e a classificação ou organização das mensagens a partir dos elementos repartidos.

4.2. Apresentação da Instituição onde foi realizada a pesquisa- DAS/SEJUF

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa, é necessário conhecer a instituição em que esses profissionais estão inseridos. Tendo em vista que a

⁶ "O Sistema e Protocolo, instituído pelo Decreto Estadual n.º 9.928 de 23 de janeiro de 2014, foi desenvolvido para atender as necessidades do Estado do Paraná no controle informatizado de documentos emitidos e recebidos nos órgãos da Administração Pública Estadual, controlando desde o cadastramento e arquivamento até a eliminação dos documentos." (PARANÁ, 2014)

⁷ Expresso é o email institucional utilizado pelos servidores públicos do Estado do Paraná.

presente pesquisa aborda gestão estadual, vale apontar qual é o papel do Estado no SUAS. De acordo com a NOB/SUAS/2012 é responsabilidade do Estado;

- I – destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
- II – cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local;
- III – estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;
- IV – organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da proteção social especial de média e alta complexidade, de acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS;
- V – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em sua esfera de abrangência e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento;
- VI – garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da CIB e do CEAS;
- VII – apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- VIII – apoiar técnica e financeiramente os Municípios para a implantação e gestão do SUAS, Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
- IX – apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação da vigilância socioassistencial;
- X – municipalizar os serviços de proteção social básica executados diretamente pelos Estados, assegurando seu cofinanciamento, com exceção dos serviços socioassistenciais prestados no distrito estadual de Pernambuco, Fernando de Noronha, até que este seja emancipado;
- XI – coordenar o processo de definição dos fluxos de referência e contrarreferência dos serviços regionalizados, acordado com os Municípios e pactuado na CIB;
- XII – organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede socioassistencial nos âmbitos estadual e regional;
- XIII – instituir ações preventivas e proativas de acompanhamento aos Municípios no cumprimento das normativas do SUAS, para o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pactuados nacionalmente;
- XIV – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- XV – elaborar plano de apoio aos Municípios com pendências e irregularidades junto ao SUAS, para cumprimento do plano de providências acordado nas respectivas instâncias de pactuação e deliberação;
- XVI – elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Estado junto ao SUAS, aprovado no CEAS e pactuado na CIT;
- XVII – prestar as informações necessárias para a União no acompanhamento da gestão estadual;
- XVIII – zelar pela boa e regular execução dos recursos da União transferidos aos Estados, executados direta ou indiretamente por este, inclusive no que tange à prestação de contas;

- XIX – aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- XX – alimentar o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS;
- XXI – instituir plano estadual de capacitação e educação permanente;
- XXII – acompanhar o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, de que trata o inciso XI, do art. 19, da LOAS, em articulação com os Municípios de sua área de abrangência;
- XXIII – apoiar técnica e financeiramente entidade de representação estadual dos secretários municipais de assistência social.
- XXIV – normatizar, em seu âmbito, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme § 3º do art. 6º- B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal. (BRASIL, NOB/SUAS, p.16)

No Paraná o órgão responsável pela gestão do SUAS é a SEJUF, é o que consta no Sistema de Cadastro no CadSUAS⁸, disponibilizado para consulta pelo site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social.

De acordo com o site oficial da SEJUF, o departamento responsável pela gestão do SUAS no Paraná é o Departamento de Assistência Social, bem como tem o apoio dos 22 Escritórios Regionais espalhados pelo Estado.

4.3. Apresentando o perfil profissional das assistentes sociais inseridas na gestão estadual do SUAS - Paraná.

É importante apontar que todas as entrevistadas são mulheres, conforme visto neste trabalho, desde o surgimento do Serviço Social, a profissão é composta majoritariamente pelo gênero feminino, sobre este debate Montañó (2007, p.98) destaca que “O Serviço Social, como profissão eminentemente feminina, tem, neste fato, o seu primeiro elemento de subalternidade, na medida em que se insere em sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e “machistas”.” Sendo assim, observa-se que o Serviço Social brasileiro ainda é visto pelo senso comum como uma profissão para ser exercida pela mulher, uma vez que;

⁸ “O CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas à prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais.” (MDS, 2020)

(...) o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc) (MONTAÑO, 2007, p.101)

A reflexão levantada não tem o intuito de criticar a atuação do gênero feminino no Serviço Social, mas sim, de levantar a questão da existência da subalternização que as mulheres sofrem na sociedade capitalista.

Em relação à formação acadêmica das assistentes sociais é distinta: (01) Faculdade Padre João Bagozzi, (02) Faculdade Integradas Espírita, (03) Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), (02) Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Em relação ao tempo de formação também pode variar indo de 1989 a 2015. Na perspectiva de caracterização profissional foi perguntado sobre especializações, ou mestrado; denota-se que 07 possuem especializações que variam conforme trajetória profissional, e não foi sinalizado que alguma possuía mestrado.

Vale destacar que o Código de Ética do Assistente Social de 1993, tem como princípio fundamental o aprimoramento intelectual com vistas à competência profissional (CFESS, 1993). Sendo assim, apesar de não ser obrigatório se especializar, denota-se a importância que o assistente social busque aprimoramento intelectual, haja vista que irá auxiliá-lo em seu exercício profissional. Neste sentido, Fernandes (1999) aponta que a educação permanente designa um projeto que no Serviço Social se efetiva no projeto ético político da profissão.

Quando questionadas sobre sua trajetória profissional, as assistentes sociais relataram, em sua grande maioria que já haviam atuado na política de assistência social, todavia percebe-se com os relatos que, essa intervenção era direta ao usuário, ressalvo duas profissionais relataram que é sua primeira atuação enquanto assistentes sociais.

4.3.1. SUAS, e os usuários, na visão dos assistentes sociais inseridas na gestão.

O SUAS, em síntese, pode ser conceituado como “um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo (...)” (BRASIL, 2011)

Quando questionadas a respeito do SUAS, as respostas foram muito parecidas com o conceito referenciado, destacando que foi um avanço na PNAS, e importante no processo de descentralização, como por exemplo a fala da AS 1;

“O SUAS é um sistema que concentra os avanços que a Política de Assistência Social conquistou desde sua promulgação como política pública na Constituição Federal de 1988, prevê uma unificação de comando, estabelece a operacionalização das diretrizes e objetivos da política, assim, os serviços são normatizados e padronizados em todo o país, trazendo um reconhecimento para a sociedade e principalmente para a população usuária da Política de Assistência Social, rompendo com as práticas personalizadas em cada município, de filantropia e caridade que em muito serviam aos interesses políticos partidários” (AS 1)

Sobre estas visões Couto (2009) afirma que;

A gestão, no caso do SUAS, é central para a efetividade do sistema e, para que se consolide, será fundamental utilizar os referenciais do planejamento participativo e pautar-se na premissa da democratização dos espaços e na garantia de direitos sociais universais e emancipadores. (COUTO, 2009, p.216)

Em relação de quem são seus usuários, as respostas variam em três grupos, 13% consideram que são os municípios assessorados, 62% consideram que são as pessoas, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A PNAS descreve que os usuários da Política de Assistência Social;

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.33)

E 25% consideram que seu usuário indireto são as pessoas, grupos e famílias em situação de vulnerabilidade, e que seu usuário direto são os Escritórios Regionais assessorados.

Deste modo, podemos elencar a fala de duas das profissionais que destacam que essa relação com o usuário final, isto é, as pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como é sua atuação até chegar à ponta do serviço.

“(...) Na gestão estadual, Divisão da Gestão do SUAS/DAS/SEJUF, onde se dá a minha inserção profissional nesse momento, o profissional não trabalha diretamente com a população usuária da política de assistência social. Mas trabalha, basicamente com as gestões municipais, que ofertam diretamente os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a esses usuários, visando que as gestões municipais se organizem para uma oferta qualificada. Também, na gestão, temos como papel orientar o controle social. Nesse sentido, nos cabe orientar, treinar, acompanhar a ação dos conselhos municipais de assistência social, visando o exercício do direito à participação democrática dos usuários. Mas essa função, também é desenvolvida via gestões municipais, juntamente com o Conselho Estadual de Assistência Social. (...) (AS 9)

“Na gestão estadual temos a tarefa de orientar, de oferecer apoio técnico e financeiro, de capacitar os gestores municipais. A nossa ação se dá de forma indireta, via Escritórios Regionais, oferecendo orientação, apoio técnico para que estes acompanhem e orientem os gestores, e de forma direta aos gestores, especialmente quando buscados por estes. Também, outra forma de relação se dá no apoio técnico à CIB, e ao Conselho Estadual de Assistência Social, assessorando as reuniões das comissões e plenárias.” (AS 9)

Com as respostas, percebeu-se que as profissionais sabem quem são seus usuários, bem como entendem a importância do SUAS para a PNAS, fica evidente que esse usuário é parte de uma totalidade. Destaca-se que é possível construir, a partir da atuação na gestão do SUAS, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ética-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social. (CFESS, 2011)

4.4 Categorização e análise dos dados

Para analisar as respostas dadas pelas assistentes sociais, utilizou-se como método a análise de dados. Sobre este método, Medeiros e Sviercoski (2020,) sinalizam que;

(...) analisar o conteúdo é mais que uma técnica, pois seu alcance vai além da descrição do que se vê para atingir sua fundamentação teórica e prática, o que lhe confere o *status* de uma metodologia com peculiaridades e qualidades muito próprias para o processo de investigação. (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020, p.206)

Como referenciado, este método permite enxergar além do que é posto, bem como permite ao pesquisador processar os dados científicos, também pode ser adaptada as possibilidades daquilo que o pesquisador entende que é importante para sua pesquisa. (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020)

Para analisar o conteúdo, utilizou a categorização, que de acordo com Bardin (2011) pode considerar a categorização como;

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico. (BARDIN, 2011, p. 117)

Os procedimentos utilizados foram à preparação das informações, transformações dos conteúdos em unidades, categorização, descrição e por fim a interpretação. (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020)

Na preparação das informações, Medeiros, Sviercoski (2020, p.208) afirmam que deve ser realizada “uma leitura será imprescindível para se tomar uma primeira decisão sobre quais delas estão de acordo com os objetivos da pesquisa”. Sendo assim, dado o limite de páginas permitido, bem como para responder os objetivos propostos, utilizou-se cinco perguntas do questionário aplicado sendo elas: Quais desafios você considera que sua atuação profissional apresenta? Que mudanças/transformações você acredita que sua atuação na gestão do SUAS, pode promover nos usuários e comunidades acompanhadas? Quais são os facilitadores ou as potencialidades encontradas para sua atuação? Quais são seus principais instrumentos técnico-operativos utilizados em seu dia a dia profissional? Para você, qual a importância de assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS?

No processo de unificar, foi realizado um bloco para analisar, é considerado um passo essencial para que possa transformar o conteúdo em classificação. (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020)

E por fim realizou-se a categorização, que “tem como finalidade agrupar os dados, considerando a parte comum entre eles” (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020, p.209)

Para esta etapa levou-se em consideração a validade, isto é, as categorias foram adequadas para responder aquilo que foi proposto na pesquisa, o segundo critério utilizado foi a inclusividade, ou seja, todos os dados significativos foram analisados, e o terceiro critério foi à homogeneidade, buscou-se que todos os conjuntos de elementos tornassem homogêneo na sua classificação. (MEDEIROS, SVIERCOSKI, 2020)

Realizados os procedimentos referenciados, criaram-se quatro categorias sendo elas: categoria I: desafios vivenciados na atuação dos assistentes sociais inseridos na gestão estadual do SUAS do Paraná- SEJUF, categoria II: potencialidades da atuação do assistente social na inseridos na gestão estadual do SUAS- SEJUF, categoria III: instrumentos técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS-SEJUF, categoria IV: a importância do assistente social na gestão estadual do SUAS.

4.4.1. CATEGORIA I: Desafios vivenciados na atuação dos assistentes sociais inseridos na gestão estadual do SUAS do Paraná- SEJUF.

Para esta categoria utilizou-se a seguinte pergunta:Quais desafios você considera que sua atuação profissional apresenta? Sobre esta categoria Faleiros (2014) aponta que para refletir sobre a atuação profissional implica em conhecer os desafios vivenciados, o contexto histórico, as correlações de forças existentes no campo sócio ocupacional que o assistente social está inserido.

Em relação aos desafios vivenciados na atuação profissional inserido na gestão, apesar das respostas serem distintas, observa-se que as respostas levam para o mesmo caminho, bem como foram cinco dificuldades apontadas, conforme podemos observar nas falas elencadas.

“Primeiramente, que os gestores entendam a Assistência Social como uma política pública, de Estado e não como ação caritativa. Investimento em equipe técnica suficiente, para que consigamos entregar um trabalho tal

qual cabe a esfera estadual, com apoio técnico, assessoramento, desenvolvimento de programas e projetos que fortaleçam os serviços tipificados.” (AS 5)

“(…) Outro desafio é a falta de recursos humanos disponíveis nas gestões, que impedem o desenvolvimento de um trabalho planejado para o apoio técnico necessário aos gestores municipais, com elaboração de políticas e partilha de recursos em conformidade com a demanda de cada município, embasada em estudos. Falta de recursos financeiros para o cofinanciamento da política, sendo realizadas transferências pontuais, que geram muito trabalho administrativo e burocrático. Interferência política partidária, com propostas de programas, projetos e ações paralelas, que sobrepõem os serviços tipificados onera os cofres públicos, visando cooptar visibilidade a imagem do Secretário da pasta ou Governador. Principalmente as nomeações de chefias que não tem conhecimento técnico muitas vezes desconhecem a Política de Assistência Social, desconhecem o papel de um gestor público, sem capacidade técnica de atuação, ou com a imposição de convicções próprias que chegam a ser contrárias a Política de Assistência Social (...)”(AS 1)

“As limitações advindas do sistema e as diversas contradições ético-políticas que promovem a morosidade de acesso entre as gestões e as ações realizadas pelos equipamentos socioassistenciais” (AS 2)

“Atualmente, a gestão da política de assistência social passa por um momento delicado, considerando que os gestores não têm clareza quanto ao papel da assistência social enquanto política pública. A assistência é confundida com a caridade e por este motivo os profissionais precisam constantemente retomar a discussão sobre competência da política e dos profissionais. Por vezes são propostas ações que não condizem com a política e quando os técnicos se posicionam, a fim de defender o caráter da política pública, são vistos como "pessoas que não querem contribuir com a gestão".” (AS 3)

“Que nossa PNAS seja respeitada e executada como tal, não seja confundida e rebaixada a interesses individuais de políticas partidárias, com a distribuição de benefícios sem critérios técnicos” (AS 4)

Foram vários apontamentos interessantes feitos pelos sujeitos da pesquisa. O primeiro é a falta de conhecimento por parte dos gestores sobre PNAS, sobre isso as autoras Araújo, Pereira, Guilhon e Souza (2010, p.105) frisam que “os desafios é que esta Política não contribuirá o seu avanço se a esfera estadual não tomar juízo e efetivamente entender o seu papel histórico para implantar esse sistema.” Sendo assim, denotam-se as correlações de forças, bem como o jogo de interesses existentes nessa instituição.

Observa-se também a relação do uso da assistência social com fins partidários, vale destacar que essa relação vem desde década de 1930, quando

Estado começa a implantar políticas sociais, ficando ainda mais forte com o “primeiro-damismo” com a criação da LBA. (FONTENELE, 2016)

Neste mesmo sentido, Chauí (1994, p.27) destaca que a “(...) forma autoritária da relação é mascarada por aquilo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela.” Sobre esta mesma análise Martins (1994) ressalta que;

Historicamente, o País se fragmenta em dois partidos: o partido do sistema político e o partido da ruptura. O difícil tem sido, claramente, fazer com que na práxis política dos que se motivam pelo afã de mudar e transformar se assumam que seu partido é o da ruptura e não o partido do poder. Equívoco, aliás, que faz do revolucionário um conservador [...] na verdade, a conduta ambígua dos brasileiros sugere que esses são os dois principais partidos do País: o do tradicional e o do moderno, mesclados entre si, um como mediação do outro. Os políticos tradicionais e oligárquicos fazem política e se revigoram politicamente tornando-se indispensáveis através de instituições modernas. (MARTINS, p.15-16)

Sendo assim, observa-se que desvincular a política de assistência social dos interesses políticos partidários é um grande desafio, tendo em vista que é algo enraizado na administração pública brasileira.

Observa-se falta de conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência Social que está atrelada a visão do senso comum, que enxerga a assistência social enquanto ajuda, e não como um direito previsto na CF. Sobre este debate Pereira (2002) destaca que;

A assistência social quase nunca é vista pelo que ela é – como fenômeno social dotado de propriedades essenciais, nexos internos, determinações histórico-estruturais, relações de causa e efeito, vínculos orgânicos como outros fenômenos e processos -, mas pelo que aparenta ser, pela sua imagem distorcida pelo senso comum ou, o que é pior, pelo mau uso político que fazem dela (PEREIRA, 2002, p. 217).

Deste modo, compreendemos que um dos maiores desafios da atuação do assistente social na gestão do SUAS, está relacionado com a forma que a PNAS é vista, bem como é gerenciada pelo Estado. Nesta mesma visão, Yazbeck (2008) destaca que;

(...) é necessário romper com a idéia do direito como favor ou ajuda emergencial prestada sem regularidade e através de um processo de centralismo decisório: romper também com a lógica de que a assistência social sobrevive apenas com os recursos residuais do investimento público (serviços pobres para pobres!) e ainda: romper com o uso dos recursos sociais de maneira clientelista e patrimonialista (YAZBEK, 2008, p.102)

Apontaram-se também a falta de equipe técnica, ou seja, evidencia-se a falta de Recursos Humanos para que a gestão do SUAS possa funcionar plenamente. Sobre este ponto as autoras Couto, Raichelis e Yazbeck (2010, p.117) destacam que “historicamente, a Assistência Social tem configurado um campo de área social marcado pela restrição de recursos financeiros, dificultando a oferta de serviços de proteção social, com incidência sobre a gestão do trabalho”.

As autoras (*idem*) ainda ressaltam que a preposição de uma Política de Recursos Humanos, como requisito para a gestão da Política de Assistência Social, é fundamental no que tange a implantação do SUAS.

Vale destacar que “para a adequada gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em cada esfera de governo, é fundamental a garantia de um quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão”. (NOB- RH/SUAS, p.35). Sendo assim, a NOB-RH/SUAS trás em texto, um quadro de referência das funções da gestão, como esta pesquisa é sobre a gestão estadual, é interessante reproduzir o quadro.

Quadro 2- Quadro de Referência das Funções Essenciais da Gestão Estadual

GESTÃO	FUNÇÕES ESSENCIAIS
Gestão Estadual	Gestão do Sistema Estadual de Assistência Social
	Coordenação da Proteção Social Básica
	Coordenação da Proteção Social Especial
	Planejamento e Orçamento
	Gerenciamento do Fundo Estadual de Assistência Social
	Gerenciamento dos Sistemas de Informação
	Monitoramento e Controle da Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios
	Cooperação Técnica / Assessoria aos Municípios
	Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Assistência Social (Capacitação)
	Apoio às Instâncias de Pactuação e Deliberação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da NOB-RH/SUAS.

Nessa categoria observam-se vários apontamentos realizados pelos sujeitos de pesquisa, bem como se denota uma relação com o primeiro capítulo da pesquisa, quando falamos da história da Política de Assistência Social, o modo que o Estado enxerga a política está muito vinculado a forma que ela foi construída, conforme visto a LBA criada na década de 1940, embora fosse inovadora naquele contexto era utilizada na perspectiva da ajuda. Podemos observar que esse é o olhar do Estado em relação a política quando esta é gerenciada por pessoas que não possuem conhecimento sobre a PNAS, a falta de recursos para contratar equipe que acaba sobrecarregando os profissionais que atuam nesse espaço sócio ocupacional, é umas das dificuldades mais problematizadas, tendo em vista que para se gerenciar uma política pública é necessário equipe, de preferência uma equipe que esteja preparada e tenha conhecimento sobre a PNAS e SUAS.

4.4.2. CATEGORIA II: Potencialidades e transformações possíveis na atuação do assistente social na inseridos na gestão estadual do SUAS- SEJUF

Nesta categoria, buscam os desvelar as potencialidades e transformações possíveis na atuação do assistente social inserido na gestão do SUAS- SEJUF. Para isso as profissionais responderam as seguintes perguntas: Que mudanças/transformações você acredita que sua atuação na gestão do SUAS, pode promover nos usuários e comunidades acompanhadas? Quais são os facilitadores ou as potencialidades encontradas para sua atuação?

Uma das potencialidades apontadas é o assessoramento, conforme visto, o Estado tem o papel de assessorar os municípios (NOB/SUAS, 2012, p.22). Para melhor compreensão elencou-se a fala de algumas profissionais que abrangem a fala da maioria.

“A atuação da gestão estadual, promove qualificação dos serviços ofertados aos usuários, por meio das capacitações e assessoramentos técnicos, observamos que os profissionais na ponta são sucumbidos com a demanda diária tendo dificuldade de se atualizar, acompanhar as normativas, orientações e criar espaços de refletir a política pública de Assistência Social, o assessoramento e as capacitações auxiliam neste processo, estes conhecimentos são multiplicados e repassados aos usuários da Política, assim ampliando seu universo informacional e contribuindo com a sua

autonomia, o empoderamento da população é um fator que pode trazer mudança direta para a vida do usuário, bem como, para a sociedade, onde a Política luta pela implantação dos direitos e mudança da conjuntura, com maior igualdade social.” (AS 1)

“Minha atuação pode promover a execução de políticas públicas em âmbito municipal com maior qualidade técnica. É através do Estado e de suas competências de capacitação, assessoramento e cofinanciamento que os municípios podem desenvolver diretamente junto aos usuários ações efetivas no que se refere a política de assistência social.”(AS 2)

Sobre assessoria Matos (2010, p.31) afirma que é “órgão ou conjunto de pessoas que assessoram um chefe ou uma instituição especializada na coleta de dados técnicos, estatísticos ou científicos sobre uma matéria”, ou então como algo mais complexo, “como uma ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora” (MATOS,2010,p.31).

Apesar dos sujeitos não atuarem nos cargos assessores utilizam-se dela para prestar assessoramento aos municípios do Estado do Paraná, tendo em vista a necessidade de conhecimento da demanda para realização de assessoria. Neste sentido, Fonseca (2006) afirma que;

Como em todo trabalho de Serviço Social é necessário conhecermos a realidade em que estamos nos inserindo, isso significa: uma leitura profunda sobre a região geográfica, conhecimento sobre os assuntos com que trabalham a equipe ou a pessoa a ser assessorado, conhecimento da instituição e das condições de vida e de trabalho dos sujeitos a serem assessorados. É impossível começar um processo de assessoria sem saber em que pressupostos e em que condições objetivas os assessorados atuam. (FONSECA, 2006, p.53)

Desde modo, pode-se afirmar que o profissional que atua na gestão tem como potencialidade prestar assessoramento aos municípios, o que irá impactar diretamente ou indiretamente na vida do usuário da ponta⁹, todavia destaca-se o bom assessoramento requer do profissional um conjunto de conhecimentos

⁹Quando referido ao usuário da ponta, esta sendo referido ao usuário final do SUAS, que conforme a CF, é aquele que dela necessita (BRASIL,1988)

amadurecidos pela experiência e pela análise crítica que sejam atualizados ao máximo possível.

Percebe-se também que a profissional tem ciência que seu trabalho tem impacto no usuário da ponta;

“Na medida que planejo programas e projetos com base no cunho pedagógica e de proteção social que devem nortear as Medidas Socioeducativas, e replico essas orientações aos técnicos que vão trabalhar com estes adolescentes lá na ponta, posso transformar uma realidade. Pois, boa parte de nossa sociedade ainda tem uma visão bastante preconceituosa, punitiva e segregadora dos (as) adolescentes em conflito com a lei.”(AS 5)

Sobre esse posicionamento em defesa do usuário, o Parâmetro para a Atuação de Assistente Social na Política de Assistência Social (CFESS, 2011), destaca que;

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2011, p.4)

Nessa categoria, pode-se observar que o assistente social tem várias potencialidades a acrescentar nesse campo sócio ocupacional, bem como sua formação permite que isso ocorra. O que mais ficou evidente foi à luta pela defesa dos direitos dos usuários; podemos ver que isso desde o surgimento da PNAS, bem como essa categoria profissional esteve presente na luta para que a Política de Assistência Social fosse reconhecida como direito, como vimos no capítulo dois desta pesquisa, vale destacar que essa luta é diária e atual.

4.4.3. CATEGORIA III: Instrumentos técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS- DAS/SEJUF

Considerando que o tema da pesquisa é atuação do assistente social na gestão estadual do SUAS, se fez necessário criar uma categoria que abordasse os

instrumentais técnico- operativo utilizados pelas profissionais neste espaço sócio ocupacional.

Sobre esta categoria, vale destacar que abordar a dimensão técnico-operativa da atuação do assistente social implica em conhecer os instrumentos técnico-operativos utilizados pelas profissionais em seu exercício profissional, Santos (2013, p.20) reforça que nesta dimensão encontramos as “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais”.

Trindade (2012) destaca que os instrumentos mais utilizados na gestão são: planos, programas, projetos, planilhas, relatórios, mapas, organogramas, documentos oficial, além da utilização de recursos tecnológicos. Destaca-se ainda que os profissionais tem a possibilidade de participarem da elaboração dos Planos Estaduais de Assistência Social, Planos Plurianuais, da organização dos serviços, gestão de trabalho, planejamento, avaliação.

Neste sentido, Trindade (2012, p.94) salienta que “assim, podemos perceber como essa demanda pela organização e gestão de serviços tem se colocado com muita intensidade entre as práticas de Serviço Social nas políticas sociais reestruturadas e descentralizadas.

Com o intuito de desvelar quais são os instrumentos técnico-operativos utilizados pelas profissionais inseridas na gestão do estadual do SUAS, foi elencado no questionário, a seguinte pergunta: Quais são seus principais instrumentos técnico-operativos utilizados em seu dia a dia profissional?E quando questionadas, responderam que;

“A gestão promove através de Deliberações e Regulamentações, parâmetros para a prática e efetividade das Políticas Sociais. A organização entre as esferas e setores, permitem a realização da prática profissional. Instrumentos técnico operativos (acolhida, entrevista, observação e parecer social) são dos principais instrumentais na intervenção do Serviço Social, e estes são condicionais de reconhecimento da profissão nas diversas instâncias de atuação.” (AS 6)

“É na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais, teórico-metodológica e ético-política, que é possível materializar em ações, as concepções. A escolha dos instrumentos e técnicas está intimamente relacionada aos objetivos e às finalidades, assim reuniões, entrevistas e visitas são empregados.” (AS 7)

“Como trabalhamos com análise de processos, um dos instrumentos importantíssimo é o conhecimento das regras gramaticais (português) para

a elaboração de pareceres, despachos, relatórios, etc. - A legislação do SUAS.” (AS 8)

“Participação em reuniões; Elaboração de documentos orientativos; Análise de dados; Elaboração e alimentação de planilhas; pesquisas; questionários.” (AS 5)

“Parecer, Informação Técnica, Nota Técnica, reuniões, Memórias de reuniões, atas, relatórios, planos de trabalho, deliberações.” (AS 1)

“Reuniões, pareceres, relatórios, informações técnicas.” (AS 3)

“Pensando rapidamente sobre o assunto, sem o tempo necessário para uma análise mais aprofundada, diríamos que a comunicação, o diálogo com gestores das três esferas, com os Escritórios Regionais, o processo de planejamento, os marcos legais, os sistemas de informação, os documentos, os estudos, os pareceres técnicos, relatórios, diagnósticos, o apoio técnico, indicadores, aparatos tecnológicos, especialmente internet, conferências, conselho de representantes, reuniões.” (AS 9)

“Reunião, parecer social” (AS 4)

Percebe-se que os instrumentais técnico-operativos utilizados na gestão são diferentes dos utilizados pelos profissionais que intervêm diretamente ao usuário, para Trindade (2012) os instrumentos utilizados na gestão apresentam caráter administrativo organizacional são aqueles utilizados na articulação inter e intra-institucional e na organização e gestão dos serviços, e como pode observar as profissionais utilizam-se destes instrumentos, uma vez, que elaboram Pareceres, Informação Técnica, Orientação, e outros elencados acima.

Neste sentido, vale destacar que a importância da instrumentalidade nesse processo de elaboração dos instrumentos referenciados, sobre isso Guerra (2000) afirma que a instrumentalidade;

(...)possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2002, p.2)

Destaca-se também que a importância de se discutir sobre a dimensão técnica-operativa da profissão neste espaço, uma vez que “é na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional” (GUERRA, 2002, p.52).

Salienta-se também que o assistente social tem competência técnica, e teórica para propor novos instrumentos técnico-operativos, visto que;

A materialização dessas diversas dimensões é preche de possibilidades e pode sedes dobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, com destaque para: Elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social; Formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social; • Favorecer a participação dos (as) usuários (as) e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; (CFESS, 2009:p. 19-20).

Conforme visto, e observado nas respostas, as três dimensões do Serviço Social (ABEPSS, 1996), trabalham articuladas, uma vez que, essas dimensões constituem níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, contudo são imanentes entre si, formando uma unidade, apesar de suas particularidades (GUERRA, 2002)

4.4.4 CATEGORIA IV: A importância do assistente social na gestão estadual do SUAS.

Tendo em vista a importância de se discutir sobre a atuação do assistente social na gestão estadual do SUAS, bem como a pouca produção acadêmica se faz necessário, uma categoria que vise explanar sobre a importância do assistente social inserido nesse espaço sócio ocupacional. Sendo assim, perguntou-se: Para você, qual a importância de assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS?

Sobre gestão social e Serviço Social, Maia (2005, p.16) aponta que “os assistentes sociais contam com aportes significativos para contribuir na ampliação desse debate, produções e práticas. Sendo assim, nota-se a importância dessa categoria.

Vejamos as colocações das entrevistadas:

“O Assistente Social é o profissional que na sua graduação estuda o histórico, a implantação e avaliações da Política de Assistência Social no mundo e no país, sendo esta formação de extrema relevância para atuação na gestão, assim considero imprescindível o Assistente Social na gestão,

infelizmente estamos vivenciando um cenário, onde o Assistente Social cada vez menos tem sido inserido na gestão da Política, como as normativas da Política de Assistência Social, apenas se debruçaram sobre os profissionais que deveriam atuar no atendimento direto dos usuários nos equipamentos da ponta, sem descrever sobre os profissionais da gestão da política, no cenário nacional e estadual, observamos que outros profissionais que nem fazem parte dos profissionais do SUAS tem assumido as gestões, o que contribui com o desmonte da Política que vivenciamos neste momento.” (AS 1)

“Nossa formação profissional nos qualifica para pensarmos políticas públicas de acesso a direitos e fortalecimento dos mesmos, visando a emancipação humana em suas várias vertentes, como a econômica e social.” (AS 5)

Conforme elencado pelas AS 1 e por AS 5, percebemos que desde a formação o assistente social tem contato com a Política de Assistência Social. Sobre esta afirmação Iamamoto (2014, p.16) aponta que os fundamentos discutidos na formação do assistente social nas últimas três décadas centraram-se em 07 eixos, dentre eles elencou-se “a ênfase na política social pública, no campo das relações entre o Estado e a sociedade civil, com especial atenção para a seguridade social e, nela, para a política de assistência social e de saúde”. E como já visto nessa monografia, a relação do Serviço Social com a assistência social é de longa data.

Segundo AS 1 (2020) o Serviço Social é de “extrema relevância para atuação na gestão, assim considero imprescindível o Assistente Social na gestão”. Concordamos com Raichelis (2010) quando destaca que o assistente social nesse campo se tornou uma referência, bem como se vê como tal, devido a sua formação, pela construção histórica que a profissão trilhou até os dias atuais.

Nessa fala, pode-se notar que a não inserção do assistente social nesse espaço pode sinalizar um desmonte da Política de Assistência Social, tendo em vista que o constitui enquanto competência profissional a defesa dos direitos dos usuários (BRASIL, 1993).

Já nas falas de AS 9 e AS 6, denota-se algo diferente do citado por AS 1, segundo elas;

“O trabalho desenvolvido na Divisão de Gestão do SUAS/DAS/SEJUF é interdisciplinar, é um trabalho de cooperação entre vários saberes. O que eu faço é praticamente o que os profissionais com outras formações acadêmicas fazem, com os conhecimentos específicos da formação. E essa formação, provavelmente algumas vezes diferencia a nossa forma de entender e de dar direção à nossa tarefa. Mas a interdisciplinaridade pode ampliar o foco da nossa atuação. Uma outra situação é que, na (des)organização na conjuntura em que estamos, não temos um modelo de

trabalho em equipe que não só some nossos conhecimentos específicos, mas que nos ajude a compreender a realidade. Porém, acho que nossa formação profissional tem uma característica, que não é só nossa, mas sim nos caracteriza, que a nossa formação nos traz que é a defesa da cidadania, do direito, da diversidade e da democracia.” (AS 9)

“Através da interlocução dos saberes, a fim do desenvolvimento de trabalho com visão interdisciplinar. Com ações responsáveis, organizadas, com comprometimento direto com o usuário enquanto objeto da Assistência Social na promoção das políticas sociais. Contribuindo com as esferas que correspondem a gestão destas políticas, mediando a execução como maior alcance social.” (AS 6)

Percebe-se que ambas entrevistadas, citam a interdisciplinaridade que ocorre nesse campo. Sobre esse assunto Cavalcante, Reis e Lira (2011) apontam que a interdisciplinaridade permite troca de saberes que amplia a parceria e a mediação dos conhecimentos, construção de diálogos entre as ciências humanas. Todavia, conforme elencado pela AS 1, profissionais de outras áreas que não são das ciências humanas são inseridos na gestão do SUAS, mesmo que isso possa se tornar uma potencialidade, torna-se também uma fragilidade dependendo da formação do técnico inserido, tendo em vista que nem todas as profissões tem esse olhar crítico, um olhar para o usuário em sua totalidade. AS 9 destaca ainda que a categoria profissional tenha como princípio ético a defesa da democracia, do direito e da diversidade, sinalizando assim a importância desse profissional nesse espaço sócio ocupacional (CFESS, 1993).

Em relação às outras profissões inseridas na gestão do SUAS, AS 3 apontada que;

“A atuação dos assistentes sociais na gestão da política é imprescindível, considerando o discernimento que é peculiar ao assistente social em relação a política de assistência social. O assistente social acaba sendo na gestão estadual a referência para os demais profissionais, levando em consideração que diversas outras profissões não têm acesso na academia aos conceitos da política pública de assistência social.” (AS 3)

Percebe-se na fala da AS 3 que sua visão é diferente da AS 9, para AS 3 o assistente social apresenta peculiaridade e particularidades da profissão, o que a torna uma referência na discussão sobre o tema, e defende ainda que esta seja uma profissão essencial nesse espaço devido às competências e seus conhecimentos (CFESS, 2011)

Neste sentido, AS 8 e AS 4 sinalizam que o assistente social é importante nesse espaço sócio ocupacional pelo;

“Comprometimento com o trabalho.” (AS 8)

“Estruturar mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços e programas em andamento garantindo a vigilância socio assistencial.” (AS 4)

Embora as falas sejam curtas, pode-se fazer elo com o código de ética do assistente social, sendo que este documento dispõe o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, bem como é direito do assistente social “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;” (CFESS, 1993, p.27)

E por fim, devemos sinalizar a fala da AS 7,

“É fato que o assistente social é ator fundamental na gestão do SUAS, profissional que pode enxergar a questão social como objeto de intervenção profissional, é necessário nos afastarmos das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais, individualizados.” (AS 7)

A fala da profissional vai de encontro com o documento: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Uma vez que esse documento sinaliza da importância de se fugir das abordagens tradicionalistas, e enxergar o usuário em sua totalidade.

Mediante as falas, pode-se afirmar que o assistente social é um profissional que tem muito a acrescentar na gestão do SUAS, uma vez que sua formação permite isso, bem como seu olhar voltado a totalidade do sujeito. Isto é, a não culpabilização do usuário por estar nessa situação. Deve-se destacar também o projeto ético político da profissão apontado por Netto (1999, p. 16);

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p.16)

Conforme citada pelo professor (*idem*) a categoria profissional tem como projeto ético político a defesa dos interesses da classe trabalhadora, conforme visto nos capítulos anteriores, a gestão é um lugar onde decisões são tomadas, bem como planos são realizados o que irá impactar diretamente o usuário da ponta.

Neste sentido Yazbeck (2008) aponta que os assistentes sociais tem no processo da gestão do SUAS o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses dos usuários da PNAS.

Mediante o exposto nessa categoria, fica evidente a importância do assistente social nesse espaço sócio ocupacional, tanto na luta pelos direitos dos usuários, bem como pelo compromisso ético com esta população. Nessa categoria foi possível realizar um elo com o que foi discutido nos capítulos anteriores, e ver na atuação das profissionais o que é citado e discutido pelos autores do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estou à procura do que está escrito em um manual e, muito menos do que se fala sobre a prática, mas do que se faz. [...]. (TRAGTENBERG *apud* SARMENTO, 1978)

É com essa citação que começamos as considerações finais, pois o interesse pela temática surgiu partir da prática de estágio obrigatório realizado na Divisão de Proteção Social Básica (DAS/SEJUF) vivenciado pelo autor, bem como pelos estudos realizados a partir da temática. Apesar de não ser um debate simples de se fazer, tendo em vista a pouca produção de materiais científicos sobre o tema. (MAIA, 2005).

Deste modo, surgiu o presente trabalho que tem como temática: A atuação do assistente social na gestão estadual do Sistema Único de Assistência Social do Paraná.

Tendo como objetivo geral desvelar a atuação do assistente social na gestão do SUAS na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná. Como exposto neste trabalho, observou-se que as profissionais inseridas nesse espaço sócio-ocupacional, utilizam-se das três dimensões em sua atuação sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Apesar de tratarmos em uma categoria a dimensão técnico-operativa, denota-se na fala das profissionais a responsabilidade e defesa dos direitos dos usuários, evidenciando assim a dimensão ética-política, bem como vale apontar que a maioria tem domínio sobre a dimensão teórico-metodológica da profissão.

Considerando o método utilizado nesta pesquisa, elencaram-se três objetivos específicos, sendo eles: conhecer o processo histórico da construção da política de assistência social no Brasil, pesquisar sobre a relação do Serviço social com a Assistência Social no Brasil, também conhecer quais são as possibilidades e desafios colocados ao assistente social na gestão do SUAS.

No primeiro objetivo relacionado a conhecer o processo histórico da assistência social, evidenciou-se que a assistência social surge como um mecanismo de controle que visava coagir a população mais pobre, e apesar da Constituição Federal de 1988, elencar como um direito, bem como compor a seguridade social, denota-se que a Política Nacional de Assistência Social apresenta

muitos desafios a serem superados. Todavia não pode negar que é um direito conquistado pela classe trabalhadora, a luta para que a Política seja efetivamente reconhecida, ainda está em processo, tendo em vista que a história não é linear, mas sim se encontra em constante movimento.

Já quando pesquisado sobre a relação do Serviço Social com a Política de Assistência Social no Brasil, revelou-se que este vínculo entre a Política de Assistência Social e o Serviço Social esteve presente desde o início da profissão. Observamos que os assistentes sociais tiveram um papel importante para que a política fosse reconhecida pelo Estado como um direito, ao ponto que atualmente a profissão passa a ser vista socialmente como uma referência na discussão no que tange a Política de Assistência Social.

Em relação aos desafios elencados pelas profissionais inseridas na gestão estadual do SUAS, percebe-se que tem relação direta como a Política de Assistência Social é vista socialmente, bem como é conduzida pelo Estado, ficando mais evidente quando aponta-se a falta de Recursos Humanos, isto é, falta de técnicos que de em continuidade a gestão do SUAS. Essa falta de recurso destinado ao SUAS, não é algo apontado só atualmente, mas vem sendo sinalizado por anos, conforme referenciado neste trabalho.

As possibilidades apontadas têm relação ao assessoramento aos municípios, a qualidade técnica dos profissionais, isto é, as atuações dos assistentes sociais proporcionam aos gestores municipais, maiores conhecimento sobre o SUAS, bem como visa capacitá-los, tendo em vista que os profissionais da ponta são sacudidos pela demanda cotidiana, pode-se afirmar que essa atuação tem impacto no serviço que é prestado aos usuários da PNAS.

Esse TCC evidencia que a Política de Assistência Social tem muito caminho a trilhar, para que se concretize aquilo que é disposto na PNAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS e na Lei 12.435/2011. Consideramos ainda, a importância de se ampliar o debate sobre a atuação do assistente social inserido na gestão do SUAS, uma vez que muito já foi discutido sobre a atuação do assistente social no SUAS na ponta dos serviços oferecidos.

Percebe-se também em todo o momento a contradição do sistema capitalista ao tratar da Política de Assistência Social, essa contradição está presente nas correlações de forças, do modo que os usuários são vistos e tratados pelo Estado.

Não podemos esquecer que o Brasil se encontra mergulhado no sistema capitalista, que necessita reprodução das expressões da questão social para se manter funcionando, entre essas expressões, encontra-se a pobreza, a falta de distribuição de riqueza.

Em meio às mazelas do capitalismo, atua o assistente social inserido entre capital-trabalho, todavia deve-se pensar que esse profissional também faz parte da classe trabalhadora, que também tem desafios a serem superados, bem como por meio da sua atuação tem potencialidades a somar na busca pela efetivação dos direitos sociais.

Este trabalho também é um apelo as profissionais que atuam na gestão do SUAS, para que elaborem, criem, divulguem o seu trabalho, pois ao falar de gestão, fala-se de um campo onde as correlações de forças são evidentes, onde tudo é pensado, planejado, avaliado, apesar dos desafios e das demandas; sendo de suma importância socializar todos os conhecimentos e experiências acumuladas.

Desse modo, compreendemos a importância da atuação do assistente social na gestão, bem como se desvelou como ocorre essa atuação, sendo ela materializada por meio da defesa de direitos, pelos instrumentais técnicos operativos. Mediante o exposto, percebe-se que os objetivos foram respondidos.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para a valorização do trabalho das assistentes sociais que atuam na gestão do SUAS, demonstrando a importância de sua atuação, bem como aponta a forma que a PNAS ainda é vista e gerenciada pela Estado do Paraná.

Conforme elencado, a pesquisa surgiu a partir da inquietação do autor em relação aos poucos materiais sobre gestão e Serviço Social, foi possível observar que as discussões sobre esta temática ainda estão sendo trilhadas. Tendo muitos questionamentos a serem respondidos.

Esse trabalho foi significativo para o autor, pois por meio dele foram respondidas várias perguntas deixadas de lado devido à demanda de estágio e acadêmica. Agora com o tempo exclusivo para se debruçar foram trazidas a luz, e respondidas por autores renomados do Serviço Social, bem como a partir da análise de conteúdo.

Tendo em vista que em 2020, passamos por uma pandemia mundial (COVID-19) observa-se que irá demandar novas configurações de atuação, conforme visto

na pesquisa a profissão está sempre em movimento. A categoria deverá pensar em como irá atuar a partir de agora, considerando que as relações sociais estão sendo modificadas, que o capitalismo está se reinventando, e a própria PNAS irá sofrer com esse momento, tendo em vista que o índice de pobreza e as expressões da questão social irão e já estão se manifestando de diferentes formas.

Mediante a esse cenário, destacamos mais uma vez a importância do assistente social na gestão do SUAS, e fica um apelo para que esses profissionais continuem essa luta em prol da classe trabalhadora, embora saibamos dos desafios a serem superados.

Martinelli (2007, p.23) consegue explicar bem a importância do assistente social quando ela afirma que “o assistente social trabalha com as pessoas em vulnerabilidade que pedem um gesto humano: um olhar um sorriso, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para fortalecer a própria humanidade”. Embora a gestão do SUAS não tenha contato direto com o usuário é importante que as profissionais tenham essa sensibilidade que estão trabalhando com vidas.

Ao concluir esta pesquisa, fica a vontade de pesquisar mais sobre a temática, e ao mesmo tempo o sentimento de dever cumprido com dedicação e um carinho, e a clareza que a luta para que a PNAS seja efetivada, continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1992

ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro –1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2009.

ARANTES, Esther M. M. **Rostos de Crianças no Brasil. Instituições:** PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência á Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/EditoraUniversitária Santa Úrsula/Amais, 1995:

ARAÚJO, C.C. PEREIRA, M, E, F,D. GUILHON, M, V, M. SOUSA, S, M, P,. **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010

Baptista, Myrian Veras. Battini, Odária. **A pratica profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**, volume I/ São Paulo: Veras Editora, 2014.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Abertura. In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. – Brasília: CFESS, 2011

BOSCHETTI, I; TEIXEIRA, S. O; SALVADOR, E. **A Assistência Social após 20 anos de LOAS: fim da travessia do deserto?**In: Anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Águas de Lindóia: CFESS-CRESS/SP, 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: UnB, 2003

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Atualizado em 2008

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.Resolução n. 145/2004**. Brasília: MDS/CNAS, 2005

BRASIL Resolução nº 33, DE 12 DE Dezembro de 2012; Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/SUAS. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. Seção I.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988
Brasil. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS** (1993). 5. ed. Brasília: MDS/CNAS, 2005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Resolução nº 145 de 15 de outubro. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004.

CARDOSO, Priscila F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CAVALCANTI, A. S.; REIS, M. L.; LIRA, S. A. **Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia**. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. Anais... Brasília: IPEA, 2011.

CHAUÍ, M. S. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, E. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 19-29.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação do/a Assistente Social na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da seguridade social**. Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social, 2011.

COSTA, A. C. G da. **De menor a cidadão: notas para uma historia do novo direito da infância e da juventude no Brasil**. Brasília: Ministério da Ação Social, BBIA, s/d.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz, & Palotti, Pedro Lucas de Moura. (2011). **Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais**. Revista de Sociologia e Política, 19(39), 211-235. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200015>

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 42, n. 5, p. 829-874, Oct. 2008

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública.** In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** Rio de Janeiro:Vozes, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R.. et. Al. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, R. M. C. (Re) valorização da educação permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, jul./set. 1999.

FILHO. Rodrigo de Souza. **Gestão Pública & democracia: a burocracia em questão.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FONSECA, Tatiana. **Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria.** In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006

FONTENELE, Iolanda Carvalho; **Política de Assistência Social e Temas Correlatos: A trajetória Histórica da Assistência Social no Brasil no Contexto das Políticas Sociais.** Edição. São Paulo: Papel Social, 2016. p. 66-92.

GESSELE. Cleide. **Os influxos da racionalidade burguesa nas políticas sociais e no serviço social: a dimensão política da profissão em questão.** (Doutorado em Serviço Social) – Universidade federal de Santa Catarina- Florianópolis, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GUERRA, I. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais.** Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB; CEAD, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, trabalho e questão social.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V ; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1983

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**. 1ª versão, Brasília, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos- 4. Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

MAIA, M (2005) **Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 4. dezembro

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994

MATOS, M. C. de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. de (Orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 29-57

MATTAR, F. N. (1994) **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2v., v.2

Medeiros, Jussara Marques de. **O sabor do saber científico: TCC no serviço social**/Jussara Marques de Medeiros, Valdeslei Sviercoski. Curitiba: InterSaberes, 2020. (Serie Formação Profissional em Serviço Social)

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9802013000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social: **Um Ensaio Sobre sua Gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo, Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J.P. **Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1992

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal**, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Programa de estudos pós graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1556. Acesso em: 15 de Jun. 2020

OLIVEIRA, J A.; FLEURY, S.M.T **(Im) previdência social.** 60 anos de historia da previdência no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes/ABRASCO, 1986.

PEREIRA, P. A. P. (Org.). **Política social e democracia.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos- crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. e BRAVO, Maria Inês Souza (orgs.). **Política Social e Democracia.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PEREIRA. **Política Social: temas e questões.** E. ed. ed. São Paulo: Cortez, 2011

PERES, Gislaine Alves liporoni. **A assessoria do Serviço Social na gestão das Políticas Sociais** (recurso eletrônico)- 1º Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

RIZZINI, Irene. **Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990)** In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SANTOS, Clara Cruz; NUNES, Vanessa Cristina. **Multações e Desafios: Serviço Social.** 87. ed. Portugal: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** In: SARMENTO, Hélder Boska de

Moraes. **Instrumental técnico e o Serviço Social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SANTOS, E. P. Política Social. In BOULLOSA, Rosana de Freitas (org), **Dicionário para formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014 .

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: resistência e emancipação?. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

SILVA, Maísa Miralva da. Assistência Social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. In: **Revista Katálysys**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 41-49, jan./jun. 2015

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. **Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas**. In: BATTINI, Odária (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras, 2007.

SINGER, Paul. **Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho**. In: RAICHELIS, Raquel D.; RICO, Elizabeth Melo (Org.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: Educ : IEE, 1999

SPOSATI, Aldaíza, et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003

SPOSATI, Aldaíza. Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**/Organizadores: Jose Ferreira da Crus...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248.

TELLES, - Vera da Silva. **Direitos Sociais. Afinal do que se trata?** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder**. São Paulo: Cortez, 2002

VIANA, Ana Luiza d'Ávila e LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção Social: Introduzindo o debate**. In **Proteção Social: Dilemas e Desafios**. São Paulo, Hucitec, 2005. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Seguridade Social e combate à Pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In **Proteção Social: Dilemas e Desafios**. São Paulo, Hucitec, 2005.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria no Brasil de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez, 1983. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo, Cortez, 2004

YAZBECK. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**, (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. CapacitaSUAS**, Brasília: MDS, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. *Temporalis*, Brasília n. 3, 2. ed., p. 33-40, jan/jul 2004

YAZBEK, Maria Carmelita. Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade. In: IEE. **Curso de Capacitação de Gestores Sociais**. São Paulo: IEE, 2008

APÊNDICE I- AUTORIZAÇÃO PARA APLICAR QUESTIONÁRIOS ÀS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDAS NO DAS/SEJUF



DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prezado (a) Coordenador (a)

Considerando a documentação constante no Protocolo nº 16.685.048-7, referente a solicitação de autorização para pesquisa científica no Departamento de Assistência Social - DAS da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, declaramos que o Departamento de Assistência Social está de acordo com a condução do Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como tema "A atuação do Assistente Social no Departamento de Assistencial Social - SEJUF", sob a responsabilidade de EDEVALDO REINALDO OSTAPECHEN, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Internacional UNINTER. Estamos cientes de que os sujeitos de pesquisa serão os assistentes sociais que atuam no Departamento de Assistência Social - DAS e que o presente trabalho deve seguir a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNAS e leis complementares.

Sendo o que se apresenta aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
Departamento de Assistência Social
06 / 07 / 2020
Prof. Tadeu Atílio Mendes
Chefe do Departamento

Tadeu Atílio Mendes

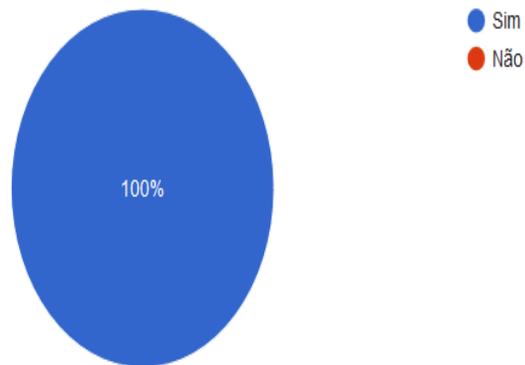
Chefe do Departamento de Assistência Social
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho

APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Participantes da pesquisa (assistentes sociais) inseridas no DAS/SEJUF. Ao responder o questionário online, a primeira questão solicitada as Assistentes Sociais, foi: Favor registrar abaixo, se concorda em responder esta pesquisa.

Favor registrar abaixo se concorda em responder esta pesquisa.

8 respostas



APÊNDICE III- QUESTIONÁRIO ENVIADO AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEJUF

A pesquisa a ser realizada abaixo se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, título: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ, graduando Edevaldo Reinaldo Ostapechen, tem como objetivo geral desvelar a atuação do assistente social na gestão do SUAS na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná.

1. Descreva sua formação profissional (onde se graduou; em que ano; se já fez especializações; em que área)?
2. Descreva como foi sua trajetória profissional até a sua inserção na política de assistência social.
3. Descreva o que é SUAS para você.
4. Quais desafios você considera que sua atuação profissional apresenta?
5. Quem é seu usuário?
6. Como se dá sua relação com seu usuário?
7. Que mudanças/transformações você acredita que sua atuação na gestão do SUAS, pode promover nos usuários e comunidades acompanhadas?
8. Para você, qual a importância de assistentes sociais inseridos na gestão do SUAS?
9. Quais são os facilitadores ou as potencialidades encontradas para sua atuação?
10. Quais são seus principais instrumentos técnico-operativos utilizados em seu dia a dia profissional?